



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS PROFISSIONAL EM REDE
(PROFLETRAS)

CLECIANE SANTOS ALVES

LETRAMENTO E PRÁTICA POLÍTICO-CIDADÃ:
LEITURA DA CONSTITUIÇÃO EM MIÚDOS I NO ENSINO FUNDAMENTAL

SÃO CRISTÓVÃO

2025

CLECIANE SANTOS ALVES

LETRAMENTO E PRÁTICA POLÍTICO-CIDADÃ: LEITURA DA CONSTITUIÇÃO EM
MIÚDOS I NO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Letras (PROFLETRAS), da Universidade Federal de Sergipe, núcleo São Cristóvão, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra.

Linha de Pesquisa: Estudos da linguagem e práticas sociais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno

SÃO CRISTÓVÃO

2025

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A474l Alves, Cleciane Santos
Letramento e prática político-cidadã : leitura da Constituição em
miúdos I no ensino fundamental / Cleciane Santos Alves ;
orientadora, Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno.– São
Cristóvão, SE, 2025.
85 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional em Letras) – Universidade
Federal de Sergipe, 2025.

1. Letramento – Aspectos sociais. 2. Leitura (Ensino fundamental).
3. Direito constitucional – Brasil – Literatura infantojuvenil. I.
Damaceno, Taysa Mércia dos Santos Souza, orient.
II. Título.

CDU 808

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM LETRAS –PROFLETRAS/SC

ATA DE DEFESA DA COMISSÃO JULGADORA DA DISSERTAÇÃO
DA MESTRANDA APRESENTADA, PELA ESTUDANTE **CLECIANE
SANTOS ALVES** PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE
PROFISSIONAL EM LETRAS EM REDE-PROFLETRAS.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 19h, reuniu-se, via remota plataforma *Google Meet*, a Comissão Julgadora da Dissertação da Mestranda **CLECIANE SANTOS ALVES**, composta pelas Professoras Doutoras: **TAYSA MÉRCIA DOS SANTOS SOUZA DAMACENO** (Presidente da Banca) e (membro interno) **ADRIANA DALLA VECCHIA** e **SANADIA GAMA DOS SANTOS**

(membro externa ao programa) para examinar o trabalho apresentado sob o título **LETRAMENTO E PRÁTICA POLÍTICO-CIDADÃ: LEITURA DA “CONSTITUIÇÃO EM MIÚDOS I” NO ENSINO FUNDAMENTAL**. A Professora **TAYSA MÉRCIA DOS SANTOS**

SOUZA DAMACENO, na qualidade de presidente da banca, passou palavra a candidata, informando tempo limite de 20 minutos para a apresentação inicial. Terminada a exposição da mestranda, a Presidente passou a palavra a cada um dos membros da Comissão Julgadora, informando que o tempo previsto para a arguição era de trinta minutos. Após a arguição, a comissão deliberou sobre o resultado da avaliação do trabalho. Em relação ao título de “**Mestre Profissional em Letras**”, a mestranda foi considerada:

(X) APROVADA

() APROVADO COM
RESTRIÇÃO ()
REPROVADO

Parecer: A pesquisa e trabalho final de curso atendem aos requisitos do PROLFETRAS e inaugura uma proposta de participação cidadã dos alunos do ensino fundamental a partir do ensino da Leitura e da escrita com vistas ao Letramento Político.

Documento assinado digitalmente



TAYSA MERCIA DOS SANTOS SOUZA DAMACENO
Data: 05/05/2025 11:51:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TAYSA MERCIA DOS SANTOS SOUZA DAMACENO
PRESIDENTE

Documento assinado digitalmente



ADRIANA DALLA VECCHIA
Data: 05/05/2025 12:18:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ADRIANA DALLA VECCHIA
EXAMINADORA INTERNA

Documento assinado digitalmente



SANADIA GAMA DOS SANTOS
Data: 05/05/2025 14:51:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SANADIA GAMA DOS SANTOS
EXAMINADORA EXTERNA

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos - Av. Marechal Rondon, S/N - Jardim Roza Elze CEP 49100-000 - São Cristóvão/SE (Ao lado da Sala 01 da POSGRAP, Prédio do Polo de Gestão)

E-MAIL: profletras.ufs@gmail.com; Home Page: www.ufs.br ou www.posgrap.ufs.br/

AGRADECIMENTOS

Concluir o mestrado na Universidade Federal de Sergipe (UFS) é uma realização repleta de alegria e significado para mim. Este foi um sonho remoto, que por duas vezes esteve tão próximo de se concretizar, mas que acabou escapando por circunstâncias inesperadas. Na primeira tentativa, acabei perdendo o prazo de matrícula por estar envolvida com o trabalho; na segunda, um problema na conexão de internet me impediu de participar da prova online. Durante o processo, confesso que não entendia os planos de Deus, porém, hoje, ao chegar ao final desta caminhada, compreendo que, conforme está na Sagrada Escritura, há um tempo para todas as coisas, e o tempo de Deus é sempre o melhor. Nessa perspectiva, ser a primeira mulher da minha comunidade a concluir o mestrado é uma conquista histórica e uma oportunidade de abrir caminhos para outras mulheres, pois é essencial ocuparmos os espaços que nos foram negados ao longo da história.

Reitero minha imensa gratidão a Deus e à Nossa Senhora, sob o título de Nossa Senhora de Lourdes, por esta graça alcançada. Agradeço aos meus pais, que dedicaram suas vidas à educação dos filhos, eu os amo infinitamente; ao meu esposo e ao meu filho, amores da minha vida, que pacientemente permaneceram ao meu lado, encorajando-me a seguir em frente; aos meus irmãos, em especial a Clécio(Kéi), que sempre foi um farol para mim; à minha sobrinha Jackeline, aquela que foi o meu apoio em momentos de dificuldade; às minhas amigas da vida inteira, Rosana e Silvana.

Sou também profundamente grata às equipes do Centro de Excelência Professor Abelardo Romero Dantas e do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes, pelo companheirismo e confiança ao longo dessa jornada. Meus agradecimentos se estendem aos meus alunos e as minhas alunas, que diariamente me inspiram a ser uma profissional mais comprometida e apaixonada pela formação de jovens. Vocês são minha motivação! À minha turma do Profletras, um grupo de professores dedicados à educação pública e à busca por qualificação, também expresso minha gratidão.

Com emoção, deixo meu agradecimento à Prof.^a Dr.^a Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno, minha querida orientadora. Uma verdadeira referência para mim, enquanto mulher e professora. A professora Taysa sempre foi alguém que admirei, e foi no mestrado que tive a alegria de conhecê-la mais profundamente. Obrigada por sua paciência, humanidade, sabedoria e humildade em compartilhar conhecimentos. Não há clichê que descreva melhor: sou sua fã! Agradeço ainda aos professores Dr.^a Adriana Dalla Vechia e Dr. Humberto Dantas de Mizuca,

representantes da banca examinadora, que gentilmente compartilharam seus conhecimentos e trouxeram valiosas contribuições para o meu trabalho. Muitíssimo obrigada!

Expresso também minha gratidão ao Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, e a todos os professores que fazem parte deste projeto. Vocês são profissionais exemplares, cada um teve um papel fundamental em minha formação ao longo deste processo.

Por fim, agradeço a todos que estiveram ao meu lado nesta caminhada e deixo meu desejo de que outros professores tenham a oportunidade de acessar o mestrado PROFLETRAS. Trata-se de uma experiência transformadora! Meu coração transborda de gratidão e esperança. Obrigada a todos e todas!

RESUMO

No contexto de ensino da leitura, com vistas às práticas discursivas de letramento e a partir da abordagem crítico-social de textos, é crucial compreender que variar as estratégias pedagógicas é essencial para promover o engajamento dos alunos. Este trabalho, intitulado “Letramento e Prática Político-Cidadã: Leitura da Constituição em Miúdos I no Ensino Fundamental”, foi motivado pela percepção de que as aulas de leitura têm sido pouco significativas para os estudantes, conforme preconiza Antunes(2023). Em resposta a essa necessidade, a referida pesquisa-ação utiliza a Constituição em Miúdos I como ferramenta para promover o letramento crítico-social dos alunos, tendo em vista a formação dos jovens como agentes de mudança no seu território. Dessa maneira, ela esteve concentrada na utilização do texto “Constituição em Miúdos I”, um livro da “Coleção em Miúdos”, lançado no ano de 2015, que apresenta a Constituição Federal em formato de narrativa. Reconhecendo a importância de incorporar recursos como obras adaptadas, vídeos, podcasts e materiais interativos para enriquecer o ambiente de aprendizagem em sala de aula, a proposta explorou o conteúdo da Constituição Federal Brasileira de forma didática, clara e objetiva, utilizando uma linguagem acessível. Como base teórica para mencionar a formação de agentes transformadores, abordou-se Santos (2018) e Cosson (2011); ao fazer referência aos estudos sobre letramento e multiletramentos utilizou-se Kleiman (1995), Rojo (2009), Soares (2002), Street (2014), Fairclough (2008) e Cosson (2011); já as atividades de leitura foram discutidas à luz de Freire (1989), Zilberman (2001), Lerner (2002) e Antunes (2003) e para abordar o texto “Constituição em Miúdos I” como gênero da linguagem, recorreu-se a Bakhtin (2016), Miller (2009) e Oliveira e Paiva (2018) como fundamentação conceitual. Baseado nos princípios metodológicos da pesquisa-ação de Bortoni-Ricardo (2008), David Tripp (2005) e Thiollent (2009), o presente trabalho foi aplicado em uma turma do 9º ano do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes, localizado em Lagarto/SE. O caminho metodológico de intervenção deu-se pela aplicação do Módulo Didático *Cidadania em ação: da obra Constituição em Miúdos I à prática político-cidadã*, que deu origem a um caderno pedagógico. A implementação da proposta pedagógica, com ênfase no letramento crítico e na prática político-cidadã, gerou resultados significativos e perspectivas promissoras. Esses resultados contribuíram para o fortalecimento do engajamento crítico dos jovens, estimulando-os a intervir na realidade e a exercer sua cidadania.

Palavras-chave: Letramento; Prática Político-Cidadã; Leitura; Constituição em Miúdos I; Ensino Fundamental.

ABSTRACT

In the context of teaching reading with a view to discursive literacy practices based on a critical-social approach to texts, it is crucial to understand that varying pedagogical strategies is essential to promote student engagement. This work, entitled “Literacy and Political-Citizen Practice: Reading the Constitution in Kids I in Elementary School”, was motivated by the perception that reading classes have been of little significance to students, as Antunes prescribes. In response to this need, the aforementioned action research uses legal text as a tool to promote students' critical-social literacy, with a view to training young people as agents of change in their territory. In this way, she was focused on using the legal text “Constituição em Miúdos I”, a book from the “Coleção em Miúdos”, released in 2015, which presents the Federal Constitution in narrative format. Recognizing the importance of incorporating resources such as adapted works, videos, podcasts and interactive materials to enrich the learning environment in the classroom, the proposal explored the content of the Brazilian Federal Constitution in a didactic, clear and objective way, using accessible language. As a theoretical basis for mentioning the formation of transformative agents, Santos (2018) and Cosson (2011) were addressed; when referring to studies on literacy and multiliteracies, Kleiman (1995), Rojo (2009), Soares (2002), Street (2014), Fairclough (2008) and Cosson (2011) were used; Reading activities were discussed in the light of Freire (1989), Zilberman (2001), Lerner (2002) and Antunes (2003) and to approach the legal text as a language genre, Bakhtin was used (2016), Miller (2009) and Oliveira e Paiva (2018) as conceptual foundation. Based on the methodological principles of action research by Bortoni-Ricardo (2008), David Tripp (2005) and Thiollent (2009), this work was applied to a 9th year class at Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes, located in Lagarto/ SE. The methodological path of intervention was through the application of the Didactic Module Citizenship in action: from the work Constitution in Kids I to political-citizen practice, which gave rise to a pedagogical notebook. The implementation of the pedagogical proposal, with an emphasis on critical literacy and political-citizen practice, generated significant results and promising perspectives. These results contributed to strengthening the critical engagement of young people, encouraging them to intervene in reality and exercise their citizenship.

Keywords: Literacy. Political-Citizen Practice. Reading. Constituição em Miúdos I. Elementary Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Escola Estadual Dr. Evandro Mendes	47
Figura 02 – Momento de exposição do vídeo Constituição Cidadã do Brasil	64
Figura 03 – Momento de exposição da Constituição Federal e da “Constituição em Miúdos I”	65
Figura 04 – Momento de exposição do vídeo da autora Madu Macedo	66
Figura 05 – Momento de leitura compartilhada	67
Figura 06 – Curta-metragem “Fim do Recreio”	68
Figura 07 – Momento em que cada dupla levantou um problema que afetava os alunos e o seu entorno	68
Figura 08 – Momento de produção das HQs	69
Figura 09 – HQ Produzida	70
Figura 10 – HQ Produzida	70
Figura 11 – Audição da canção Cidadão de Emicida (aluno acompanhando com a letra)	71
Figura 12 – Podcast <i>Juventude, protagonismo e transformação social</i>	71
Figura 13 – A dupla de alunos LS e MD	71
Figura 14 – HQ produzida pela dupla de alunos LS e MD	72
Figura 15 – Divulgação do trabalho nas redes sociais da escola	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução do IDEB.....	46
Gráfico 02 – Evolução Nota no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Descrição do Módulo Didático	49
Quadro 02 – Etapas, atividades e carga horária (CH) do Módulo Didático	62

LISTA DE SIGLAS

ABEL – Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

CH – Carga Horária

CP – Caderno Pedagógico

EF – Ensino Fundamental

EJAEF – Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental

EJAEM – Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio

GNL – Grupo de Nova Londres

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

HQ – História em quadrinhos

LC – Letramento Crítico

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LP – Língua Portuguesa

MD – Módulo Didático

MG – Minas Gerais

NEL/NLS – Novos Estudos do Letramento

PROFLETRAS – Programa de Mestrado Profissional em Letras

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SD – Sequência Didática

SE – Sergipe

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 APORTE TEÓRICO	15
2.1 A formação de agentes transformadores	15
2.2 Estudos sobre Letramentos	17
2.3 Letramento Crítico	18
2.4 Letramentos e Práticas Sociais	21
2.5 Letramento Político	24
2.6 O espaço dado aos multiletramentos nas aulas de língua materna	26
2.7 Leitura	29
2.8 Estratégias de leitura	31
2.9 A leitura como estratégia para ampliar a participação cidadã dos estudantes	32
2.10 Mediação leitora	34
2.11 A Constituição em Miúdos I como gênero da linguagem	36
3 METODOLOGIA.....	39
3.1 Descrição da abordagem metodológica da pesquisa	39
3.2 Proposta de Produto Didático: O Caderno Pedagógico	40
3.3 O Módulo Didático na prática docente	42
3.4 Contextualização da escola	44
3.5 Descrição do produto	48
3.6 Preparação para o encontro	56
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	63
4.1 O Módulo Didático em foco: da teoria à prática.....	64
4.1.1 Etapa 1 – Apresentação da prática discursiva da Constituição Federal	64
4.1.2 Etapa 2 – Da leitura à prática discursiva	66
4.1.3 Etapa 3 – Explorando a Constituição em Miúdos I	67
4.1.4 Etapa 4 – Cidadania negada/Produção autoral	69
4.1.5 Etapa 5 – Desvendando o conceito de cidadania	71
4.1.6 Etapa 6 – Envolvendo lideranças locais nas discussões	73
4.1.7 Etapa 7 – Utilizando o podcast para levar informação à comunidade.....	73
4.1.8 Etapa 8 – Divulgação do produto	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	78
ANEXOS	83
Anexo A.....	83
Anexo B.....	84
Anexo C.....	85

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa a ser apresentada originou-se a partir de uma necessidade da turma do 9º ano C do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes, localizado na cidade de Lagarto, Sergipe. Diante da evidência de que as aulas de leitura têm se mostrado pouco significativas para os alunos, observou-se que muitos demonstram desinteresse e dificuldade em se conectar com os textos, conforme relatado pelos próprios estudantes nos momentos de escuta coletiva e acompanhamento individualizado. Em face dessa situação, foi necessário optar por textos mais acessíveis e relevantes para as suas realidades, o que levou à escolha da “Constituição em Miúdos I”, um título da Coleção em Miúdos, que apresenta a Constituição Federal em forma de narrativa. Neste sentido, a respectiva proposta reconhece a importância dos recursos multimodais, como obras retextualizadas, vídeos, podcasts e materiais interativos, para enriquecer as discussões em sala de aula e complementar a leitura dos textos.

Em conformidade com Rojo (2009, p. 119), é preciso trabalhar com materiais impressos, explorar as mídias analógicas (como TV, rádio, vídeo, cinema e fotografia) e, principalmente, as mídias digitais. Posto isso, em um ambiente educacional caracterizado pela diversidade de interesses e níveis de conhecimento dos alunos, adaptar e diversificar as práticas pedagógicas é crucial para assegurar a eficácia da aprendizagem. A escolha desta obra específica visa mitigar a distância entre o conteúdo curricular e as experiências cotidianas dos estudantes, fomentando um ambiente de aprendizado mais inclusivo e participativo.

Nessa perspectiva, considerando a importância de fomentar a formação cidadã por meio do desenvolvimento do letramento crítico-social, o texto “Constituição em Miúdos I” foi escolhido como objeto de estudo deste trabalho. Trata-se de um gênero da linguagem que desempenha um papel crucial na estruturação da sociedade, ao estabelecer normas, direitos e deveres fundamentais para seu funcionamento adequado. Desse modo, pretende-se explorar o potencial educativo da “Constituição em Miúdos I”, especialmente no contexto do Ensino Fundamental (EF). Publicado em 2015, o referido material é uma iniciativa colaborativa do Senado Federal, da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL) e da Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG, com o propósito de tornar acessível e compreensível o conteúdo da Constituição Federal Brasileira para o público infantojuvenil.

No segundo ciclo do Ensino Fundamental, é comum observar uma lacuna significativa no entendimento dos estudantes em relação aos princípios fundamentais do texto constitucional. Em virtude disso, este estudo não se limita à mera transmissão de conhecimento, mas propõe a promoção do letramento crítico-social nas aulas de língua materna, que é essencial para

formação de agentes transformadores capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, conforme prescrevem as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (Brasil, 2018, p. 67-68).

Dessa maneira, a escolha pelo “Constituição em Miúdos I” fundamenta-se nas possibilidades que ele possui de preparar os indivíduos por meio da leitura crítica, permitindo a identificação e a compreensão dos problemas que afetam a sociedade, para que possam agir de maneira mais consciente e engajada na busca por soluções para o mundo em que se vive. Isso vai ao encontro do que afirma Lerner, acerca da leitura no espaço escolar:

Na escola - já dissemos - a leitura é antes de mais nada um objeto de ensino. Para que também se transforme num objeto de aprendizagem, é necessário que tenha sentido do ponto de vista do aluno, o que significa – entre outras coisas - que deve cumprir uma função para a realização de um propósito que ele conhece e valoriza (Lerner, 2002, p. 79).

Ao criar espaço na sala de aula para que os alunos possam ler, compreender e questionar a “Constituição em Miúdos I”, na maioria das vezes num processo coletivo e dialógico, esta pesquisa corrobora o que assevera Bakhtin (2003), ao considerar que a língua, como discurso, é entendida como um processo de interação social no qual os indivíduos se constroem através das trocas dialógicas que estabelecem entre si. Assim, ao agir como um sujeito letrado nas diversas esferas sociais em que está inserido, cada indivíduo pode ressignificar experiências do seu contexto pessoal e coletivo. Logo, as aulas de Língua Portuguesa desempenham um papel crucial ao criar oportunidades para vivenciar essas experiências de forma a integrá-las ao pleno exercício da cidadania.

Nesse sentido, definimos os seguintes objetivos para esse estudo: empreender práticas de leitura ativa e reflexiva nas aulas de Língua Portuguesa do segundo ciclo do EF; promover o engajamento crítico do jovem, com vistas a intervenção na realidade, a partir do exercício da cidadania; viabilizar aos alunos a criação de textos multimodais, por meio da “Constituição em Miúdos I”, com o propósito de fomentar a prática político-cidadã, contribuindo para a formação de agentes transformadores e oportunizar práticas de letramento crítico-social no Ensino Fundamental como uma ferramenta necessária para o exercício da cidadania.

Portanto, buscando alcançar êxito ao longo do seu desenvolvimento, esta pesquisa apresenta a seguinte estrutura organizacional: aporte teórico, metodologia, discussão dos resultados, considerações finais, referências e anexos. No aporte teórico, há uma breve revisão teórica com os principais conceitos e fundamentos que amparam a proposta pesquisada, a saber: documentos norteadores, estudos acerca de conceitos como letramento e práticas sociais, multiletramentos, leitura e estratégias de leitura, “Constituição em Miúdos I” como gênero da linguagem, cidadania e a formação de agentes transformadores. Na sequência, apresenta-se a descrição da abordagem metodológica da pesquisa (pesquisa-ação), a descrição do produto didático (Módulo Didático) e um panorama da contextualização da escola lócus desta pesquisa. No capítulo "Discussão dos Resultados", é apresentado o Módulo Didático composto por oito etapas, destacando sua aplicação e os resultados observados na turma de alunos em questão.

Por fim, são expostas as considerações finais, acompanhadas das referências bibliográficas que sustentam esta pesquisa, além dos anexos que contêm a seleção dos textos trabalhados com os alunos e as suas produções.

2 APORTE TEÓRICO

Nesta seção, consta o arcabouço teórico que deu fundamento ao título deste trabalho: Letramento e Prática Político-Cidadã: Leitura da “Constituição em Miúdos I” no Ensino Fundamental. O estudo investigou como a prática de leitura, aliada ao desenvolvimento do letramento crítico, pode impulsionar a formação de cidadãos conscientes e engajados na sociedade. A partir da análise de diferentes teorias sobre letramento e práticas sociais, discute-se a importância de estratégias de leitura que promovam a compreensão e a participação cidadã. Além disso, destaca-se o uso de materiais como a “Constituição em Miúdos I”, um gênero da linguagem, acessível, que permite aos estudantes, de forma lúdica e informativa, compreenderem seus direitos e deveres, ampliando o engajamento na construção de uma sociedade democrática.

2.1 A formação de agentes transformadores

A partir do entendimento de que a formação política para a cidadania é um dos pilares fundamentais da educação, este trabalho defenderá a formação do jovem como agente transformador nos espaços que ocupa, tendo em vista a importância do seu engajamento na construção de uma sociedade democrática, justa, inclusiva e solidária. Em consonância com essa ideia, Santos (2018) destaca que

Estamos convencidos quanto ao fato de que a qualidade das democracias está relacionada, entre outras variáveis, a quanto os homens e mulheres que compõem uma dada sociedade estão conscientemente engajados e orientam seu comportamento cotidiano na defesa de uma organização democrática para a vida em comum. Esse engajamento consciente exige, ao mesmo tempo, compromisso ético-político (ou seja, um conjunto de crenças e uma adesão forte a valores tipicamente democráticos, com disponibilidade para a defesa das regras do jogo democrático) e uma competência técnico-operativa (ou seja, conhecimentos conceituais/procedimentais e habilidades indispensáveis à participação democrática consistente e emancipada (Santos, 2018, p. 20).

Contudo, a formação da juventude como agente de transformação não acontecerá de forma natural. A escola deve se responsabilizar pela formação desse público, criando condições de participação social e provocando-o para que esteja incomodado, constantemente, com a injustiça e com a desigualdade em todas as suas formas. A leitura da retextualização do texto legal, proposta neste trabalho, é justamente para problematizar as situações, os contextos e os valores instituídos, tendo em vista outras possibilidades de futuro. Desse modo, a ação

pedagógica da sala de aula deve reconhecer e validar as experiências e práticas sociais dos estudantes, buscando ampliar os seus respectivos campos de visão e de atuação, avultando a capacidade de pensar e fazer, como anunciou Paulo Freire (1987, p. 30).

As reflexões levantadas também encontram sustentação em estudos do Grupo de Nova Londres (GNL), acerca da Pedagogia dos Multiletramentos, ao defender que “o papel da pedagogia é desenvolver uma epistemologia do pluralismo que proporcione acesso sem que as pessoas tenham que apagar ou deixar para trás diferentes subjetividades” (2022, p. 118). Sob essa ótica, a defesa está voltada para uma educação que forme os alunos para serem jovens transformadores, portanto a escola não deve tratá-los como recipientes vazios a serem preenchidos pelo mundo com conteúdos pré-determinados. Em vez disso, deve reconhecer as pessoas como seres conscientes, cuja relação com o mundo é fundamental. Essa abordagem educacional não se resume a depositar conhecimento, mas sim a questionar e problematizar as relações dos indivíduos com o mundo ao seu redor.

Efetivamente, ao longo do século XX, a educação escolar foi sistematicamente convidada (ou convocada) a exercer um papel ativo na formação cívica (ou política) das crianças, adolescentes e jovens e a conferir-lhes o conjunto de aprendizagens consideradas relevantes para a inserção social e participação ajustada no conjunto das instituições que estruturam a vida social [...] (Santos, 2018, p. 22).

Em uma perspectiva mais ampla, propõe-se que a educação política para a cidadania, na escola, deve possibilitar o acesso diversificado e abrangente a um conjunto de conhecimentos essenciais para interpretar criticamente a realidade social. Isso inclui compreender a relação dinâmica entre passado e presente, assim como entender as forças históricas que moldam as estruturas sociais atuais.

[...] podemos inferir que a escola deve formar cidadãos que reconheçam as contradições da vida social e se vejam como parte delas; que se percebam capazes de reescrever e reelaborar as demandas do mundo que os cerca; que reflitam sobre a natureza dos preconceitos, das opressões, das injustiças e, como agentes transformadores, possam desnaturalizar tais sistemas de dominação (Andrade, Roza; Damaceno, 2022, p. 15).

Em outras palavras, Paulo Freire (1987), em sua obra, defende que a educação política deve possibilitar aos educandos uma visão crítica e reflexiva do mundo em que vivem, capacitando-os para participar ativamente na transformação da sociedade. Sendo assim, será necessário viabilizar o acesso a uma gama de conhecimentos que lhes permitam compreender

profundamente as dinâmicas sociais, com vistas à promoção de um jovem cidadão mais informado e comprometido com o bem comum. É importante destacar o que diz Cosson (2011):

Outro requisito é oferecer aos alunos experiências positivas de participação democrática, cuidando para que essa experiência não leve à frustração. Para desenvolver as competências, o conselho dos estudiosos é no sentido de estimular os alunos a se engajarem em projetos reais ao mesmo tempo a participarem de simulações e oficinas que lhes forneça habilidades e conhecimentos. Com referência às conexões democráticas, é fundamental que o estudante perceba que sua ação não é individual, mas sim social. Ao conscientizar-se de como proceder, a recomendação do conselho é integrar o aluno em uma comunidade da qual possa participar ativamente (Cosson, 2011, p. 55).

Vale mencionar que a ideia de acessar uma gama de conhecimento é uma abordagem que reconhece a diversidade de práticas de letramento social. Em outras palavras, os diferentes contextos sociais e culturais dos alunos oferecem conhecimentos valiosos para a compreensão das dinâmicas sociais imprescindíveis no movimento de formação de jovens que serão agentes de mudança e transformação numa sociedade que se intitula democrática.

2.2 Estudos sobre Letramentos

Os estudos têm afirmado que o letramento transcende a mera habilidade de ler e escrever, situando-se no âmbito das práticas sociais em que a leitura e a escrita são utilizadas para atender às demandas reais da vida cotidiana. Vale destacar o que assegura Kleiman (1995, p. 19) acerca do referido conceito, pois trata-se do “[...] conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Nessa perspectiva, torna-se essencial não apenas alfabetizar os indivíduos, mas também formá-los para interagir de maneira significativa e crítica nas diversas esferas da atividade humana, contribuindo assim para sua formação integral como cidadãos ativos e participativos.

Contudo, o conceito de letramento no início dos estudos, acerca da proposta, ainda não apontavam para a concepção acima salientada, já que a intenção inicial era realizar uma distinção com os estudos sobre alfabetização. Como declara Kleiman (1995) “o conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos numa tentativa de separar os estudos de ‘impacto social da escrita’ (Kleiman, 1989) dos estudos sobre alfabetização [...]” (Kleiman, 1995, p. 15-16, aspas da autora). Mas foi com os novos estudos do letramento (NEL/NLS),

sobretudo a partir de Brian Street (2014), que o conceito foi ganhando clareza, adquirindo a robustez que possui hoje.

Dessa maneira, entende-se que as aulas de língua materna assumem uma responsabilidade básica nesse ambiente de promoção do letramento, ao ampliar as possibilidades comunicativas e de atuação social dos estudantes. Mais do que transmitir conhecimentos linguísticos, essas aulas devem ser concebidas como oportunidades para que os alunos consumam e produzam textos de maneira contextualizada e adequada às demandas sociais contemporâneas. Dessa forma, a escola se posiciona como uma agência de letramento, proporcionando experiências educativas que conectam o aprendizado teórico às realidades práticas dos alunos, suprimindo as lacunas deixadas pelas discrepâncias sociais, econômicas e políticas, conforme defendido por Leal (2004).

No contexto atual de globalização, avanço tecnológico, rápida disseminação de informações e multiculturalidade, a escola enfrenta o desafio de preparar os alunos para torná-los pessoas mais humanas, questionadoras e solidárias, num espaço social de múltiplos letramentos. Vale reconhecer o que Rojo (2009) menciona:

Assim, as abordagens mais recentes dos letramentos, em especial aquelas ligadas aos novos letramentos (NEL/NLS), têm apontado para a *heterogeneidade* das práticas sociais de leitura, escrita e uso da língua/linguagem em geral em sociedades letradas e têm insistido no caráter sociocultural e situado das práticas de letramento (Rojo, 2009, p. 102).

Nesse sentido, este trabalho visa explorar práticas de letramento crítico-social que respondam às necessidades sociais emergentes e promovam uma educação que seja relevante e transformadora para a sociedade. Posteriormente, serão realizadas abordagens acerca de alguns conceitos e algumas perspectivas no campo do estudo sobre letramentos.

2.3 Letramento Crítico

O Letramento Crítico (LC) tem por objetivo desenvolver nos estudantes o espírito político-crítico capaz de promover transformações necessárias nos espaços que ocupam, por meio de leituras, reflexões e conhecimento sistematizado. Tal comprometimento precisa acontecer no âmbito da ampliação da consciência crítica dos alunos, enquanto agentes de transformação, para que seja possível identificar as desigualdades e injustiças que predominam dentro e fora do contexto escolar, a fim de que soluções sejam igualmente apontadas, a partir do senso de responsabilidade individual e coletivo. Vale destacar a figura de Paulo Freire que

defendeu práticas de letramento como estratégia para superar a desigualdade e combater injustiças: “De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente” (Freire, 1989, p. 13, aspas do autor).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no seu artigo Art. 2º, “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Posto isso, a escola precisa garantir que o aluno leia, compreenda o texto lido, reflita sobre ele e o questione, a partir da relação entre o conhecimento adquirido, por meio da leitura, e a realidade em que está inserido. Mediante esse processo, ele estará sendo preparado para exercer o papel de cidadão. Neste trabalho em questão, o LC mostra-se como uma ferramenta que amplia as possibilidades de protagonismo da juventude, já que é definido “como um exercício de questionamentos das práticas discursivas e como o reconhecimento da relação entre cultura, poder e dominação com vistas à justiça social, igualdade, emancipação e empoderamento” (Duboc, 2016, p. 61).

Na perspectiva do LC, os sujeitos, ao fazerem uso da língua em todas as suas formas de manifestação, têm a oportunidade de democratizar realidades e enfrentar situações de injustiças. Desse modo, as aulas de língua portuguesa devem ser espaços para potencializar a leitura por meio da lógica do letramento crítico. Mas para tanto, não há necessidade da viabilização de métodos repetitivos e mecânicos, “a não ser que método seja concebido como conjunto de soluções provisórias, contextuais, estabelecidas em parcerias colaborativas” (Jordão, 2007, p. 51). O LC amplia as possibilidades de discussão em sala de aula e fora dela, bem como prepara o discente para a sua participação consciente na sociedade, visto que “discussão de língua materna ajudará estudantes e professores a atribuírem significados às suas práticas sociais [...]” (Jordão; Fogaça, 2012, p. 77)

As aulas de língua materna para além de ensinar elementos linguísticos deve favorecer a formação de sujeitos inclinados ao diálogo, à cooperação, à comunicação assertiva e à identificação de soluções para problemas que acentuam a desigualdade; enfim, deve formar para a cidadania e para o questionamento das relações estabelecidas, sejam elas históricas, sociais [...]. Gadotti (2003, p. 4-5) afirma “Porque o papel da educação, na concepção que defendemos, é emancipar as pessoas [...]”. Ao investir em práticas que favoreçam o LC, o professor não está preparando os estudantes para fazer críticas rasas, mas sim para compreender os contextos por perspectivas variadas e, conseqüentemente, realizar intervenção nos espaços

sociais. Isso confirma o discurso freiriano de que a leitura em sala de aula precisa ser significativa à experiência comum daqueles que aprendem.

Ao passo que o processo vai acontecendo, o professor tem o dever de ir alargando as possibilidades de repertório a serem apresentadas, com vistas ao exercício legítimo da cidadania. Na concepção do letramento crítico, a leitura fomenta a construção de sentidos, permitindo que os sujeitos tomem consciência da importância do exercício da cidadania e das suas práticas sociais. Todavia, o contrário tem prevalecido, pois, de acordo com Kleiman (1995):

Através de diálogos significativos de modelos culturais conflitivos, que são os alunos que tentam, em vão, discutir as premissas que subjazem aos conflitos e que as professoras não conseguem partilhar da perspectiva do aluno para lhe propiciar acesso às bases para aceitação e validação de uma nova fonte de conhecimentos. Ao contrário, elas oferecem um modelo divergente daquele que o aluno conhece, o que impede ou dificulta a construção do novo conhecimento (Kleiman, 1995, p. 276).

O ensino de língua materna deve possibilitar oportunidades de compreender o mundo, agir sobre ele e promover intervenção. Ao viabilizar práticas nessa perspectiva, os educadores estarão contribuindo para o bem comum, visto que estarão formando homens e mulheres para que sejam agentes transformadores rumo à uma sociedade mais justa, democrática e solidária. Portanto, o caminho é promover e executar atividades que problematizem as realidades e estimulem a luta por mudança na sociedade, sob a lógica do LC.

Assim, quanto mais conscientes das circunstâncias de seu tempo, mais democráticos, políticos, críticos e proativos serão os indivíduos, logo, mais ânsia por mudanças e direitos iguais terão, em vista disso a leitura crítica, opositora à ingênua, se mostra imprescindível para nossos tempos (Silva, 2021, p. 29).

Sendo a escola um lócus privilegiado para a formação dos cidadãos, é fundamental criar espaços para que o aprendizado ultrapasse as margens físicas da sua estrutura. Street (2014, p. 23) assevera que é preciso despertar os alunos para a necessidade de adquirirem consciência social e ideológica para serem usadas nas demandas cotidianas, mas, infelizmente, a escola insiste em ensinar elementos técnicos da linguagem. Sob tal perspectiva, o letramento crítico se dá, processualmente, por meio da orientação do professor, até que os alunos consigam alcançar a autonomia leitora que os permite imprimir compreensões mais críticas sobre um texto lido (Andrade; Roza; Damaceno, 2022, p. 14).

Esse excerto apresenta uma realidade que Paulo Freire (1987) anunciou, ou seja, os sujeitos devem tomar consciência das injustiças, das relações de opressão em que estão

submetidos, para que haja o engajamento necessário no movimento de intervenção na sociedade, de desnaturalização de categorias injustas e da consequente democratização das relações. Sendo assim, o diálogo e a reflexão são fundamentais nas aulas de língua materna, mas sobretudo naquelas dedicadas à leitura, leituras bem-sucedidas, já que favorecem a formação de indivíduos politizados, autônomos, competentes e inclusivos.

Trata-se da escola assumindo a sua postura ética, democrática e crítica na desconstrução de padrões opressores, visto que, de acordo com Sardinha (2018, p. 2), “por meio do LC, o indivíduo pode perceber, durante a leitura dos mais variados textos a que se está exposto, os diferentes pontos de vista e questioná-los, contribuindo assim para a não reprodução de discursos atrelados a injustiças sociais.”. Para tanto, as aulas de leitura são espaços propícios de investimento na autonomia e no protagonismo dos jovens para que seja possível lutar contra o poder arbitrário instituído. Vale enfatizar o que diz Scocuglia (2019), pois

[...] este tipo de formação propiciava a participação dos indivíduos num clima “democrático-personalista-comunitário”. Para a consecução de tais objetivos far-se-ia imprescindível um método ativo com o aluno no centro do processo pedagógico-educativo (Scocuglia, 2019, p. 41).

Logo, está evidente a importância de colocar o aluno no centro do processo pedagógico em um clima democrático e colaborativo, visto que, quando o aluno é protagonista da sua aprendizagem, ele se sente mais motivado e responsável por seu próprio desenvolvimento. A seguir, será realizada uma abordagem sobre os letramentos e as práticas sociais.

2.4 Letramentos e Práticas Sociais

Esse trabalho parte do princípio de que ser um aluno letrado é saber fazer uso da leitura e da escrita para responder às demandas da sociedade atual, em contextos que façam parte da vida dos sujeitos, para que os sentidos sejam construídos e os repertórios sejam ampliados. Desse modo, ele está alinhado aos estudos de Street(2014), já que o referido autor atesta que o conceito de letramento está intrinsecamente ligado às práticas sociais de leitura e escrita em contextos reais, ou seja, à vertente sociocultural dos Estudos do Letramento, como preconiza Mafra, Semechechem, Mello (2022, p. 409), pois

Trata-se de uma concepção fundamentada não mais na aquisição de habilidades, mas sim no exercício de uma prática social (STREET, 2003), um letramento que “não reside simplesmente na mente das pessoas como um conjunto de habilidades a serem aprendidas, e não apenas jaz sobre o papel, capturado em forma de texto para ser analisado. Como toda a atividade

humana, o letramento é essencialmente social e se localiza na interação interpessoal” (BARTON; HAMILTON, 2004, p. 109, tradução nossa). Essa noção de letramento relaciona-se a um agir contextualizado, vivenciável, fruto da interação, tão diferente do conceito de habilidade a ser aprendida de forma intrínseca pelas pessoas, que a perspectiva dos Novos Estudos de Letramento “[...] se configurou como um movimento que, entre outros, fez parte da chamada ‘virada social’, a qual marcou uma mudança de foco das pesquisas sobre a língua escrita – antes centradas na escritura do indivíduo e sua mente – para a interação e para a prática social (GEE, 2000, *apud* VIANNA *et al.*, 2016, p. 30). (Mafra; Semechechem; Mello, 2022).

Em consonância com essa perspectiva, Kleiman (2012) defende que o letramento não deve ser compreendido como um método ou técnica de ensino, mas sim como um conjunto de práticas sociais e culturais relacionadas ao uso da escrita.

[...] o letramento aqui considerado um conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e de poder (Kleiman, 2012, p. 11).

Essa abordagem enfatiza a complexidade do letramento, que vai além do domínio técnico da linguagem escrita, abrangendo o contexto social, cultural e histórico em que as práticas de leitura e escrita ocorrem. Isso explica a pertinência de reconhecer a diversidade de práticas letradas e as diferentes formas de interação com a escrita, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, para promover um letramento efetivo e significativo.

[...] ler e escrever só podem ser entendidos dentro de contextos sociais, culturais, políticos, econômicos e históricos que são parte integral na construção de sentidos. Então, não há leitura e escrita fora das práticas sociais (Silva, 2021, p. 49).

Em um contexto de culturas plurais, de avanço tecnológico e de múltiplas linguagens, a escola tem um papel fundamental no processo de pleno desenvolvimento dos cidadãos. Logo, é cada vez mais evidente a necessidade de atividades, em aulas de língua materna, que promovam práticas de letramento, tendo em vista a formação de sujeitos que estejam preparados para agirem como protagonistas na sociedade. Dessa forma, as atividades desenvolvidas nas aulas devem ser concebidas não apenas como um meio de transmitir conhecimento linguístico, todavia como oportunidades para os alunos explorarem e compreenderem como a linguagem escrita é utilizada em diferentes contextos sociais e culturais, proporcionando experiências autênticas de letramento. Em conformidade, Street (2014) afirma que

Uma das principais questões levantadas nessas discussões tem a ver com os modos como podemos mover o estudo do letramento para longe de generalizações idealizadas sobre a natureza da Linguagem e do Letramento e na direção de entendimentos mais concretos das práticas letradas em contextos sociais “reais” (Street, 2014, p. 19, aspas do autor).

A concepção de letramento, defendida até aqui, reitera a formação de um sujeito que toma consciência dos seus direitos, participa ativamente de práticas sociais que exigem o uso da leitura e da escrita, e exerce a cidadania com plenitude. Destarte, torna-se capaz de compreender criticamente o mundo ao seu redor e expressar suas ideias e demandas de forma eficaz, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao destacar a dimensão ideológica do letramento, Street (2014) ressalta a importância de uma abordagem crítica e reflexiva na educação, para que os alunos compreendam e questionem as estruturas de poder presentes nas práticas de letramento e se engajem de forma mais consciente e autônoma na sociedade. Essa perspectiva enfatiza a necessidade de uma educação linguística que promova uma compreensão mais ampla e crítica do papel da linguagem escrita na construção e reprodução das relações sociais e políticas. Faz-se relevante considerar o que afirma Meurer (2005), ao se referir a Fairclough, quando propõe relacionar o texto com as práticas sociais:

Nessa dimensão de análise, Fairclough procura relacionar os textos com práticas sociais mais amplas das quais os textos é uma parte. Sua proposta é que sejam examinadas as conexões do texto com as práticas sociais especialmente em termos de ideologia e hegemonia [...] Como o texto contribui - conscientemente ou não por parte dos seus autores e usuários - para a (re)produção, manutenção, ou mudanças de certas práticas sociais? Como o texto coopera com a reprodução e manutenção, ou com o desafio ou mudanças de certas “realidades”? (Meurer, 2005, p. 101-102, aspas do autor).

Ao encontro dessa concepção, está a BNCC, que reconhece o letramento e as práticas de linguagem como componentes essenciais da formação integral dos alunos.

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens (Brasil, 2018, p. 67-68).

No respectivo documento, o letramento é concebido como um processo que transcende o mero domínio da leitura e da escrita, estando voltado para a compreensão e produção de textos em diversos contextos sociais e culturais, embora não a sustente, desviando-se para a ótica pedagógica.

Posto isso, as práticas de letramento devem ser orientadas para o desenvolvimento de cidadãos interativos e colaborativos, preparados para desafiar as normas e condicionamentos sociais, contribuindo assim para a atualização e aprimoramento contínuo da sociedade. Embora as atividades de leitura e escrita sejam essenciais, elas podem se tornar meramente mecânicas e automáticas, prejudicando a verdadeira participação social dos alunos. É crucial compreender que os educandos devem ser formados para se envolverem ativamente na vida pública, questionando e transformando as estruturas sociais existentes (Andrade; Roza; Damaceno, 2022, p. 14).

Esta pesquisa parte do entendimento de que a formação cidadã é indissociável dos princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos, logo a formação escolar deve garantir que os conhecimentos acadêmicos abram caminhos para a formação de sujeitos preparados para a construção de uma sociedade democrática, plural e inclusiva. Faz-se necessário sublinhar que o conceito de cidadania que subjaz esse projeto vai além do simples reconhecimento de direitos legais, ele implica na garantia da igualdade de oportunidades e no respeito à dignidade de todos os indivíduos. Logo, ao integrar os princípios supracitados, a cidadania se fortalece como um compromisso coletivo de construir uma sociedade baseada na justiça, na igualdade e no respeito mútuo, em que cada indivíduo pode contribuir livremente para o bem comum.

Ao propor o estudo da “Constituição em Miúdos I,” nas aulas de língua materna, assume-se a defesa de que as práticas discursivas não são apenas instrumentos de comunicação, mas espaços onde são negociadas relações de poder e hegemonia, influenciando tanto a reprodução quanto a transformação das estruturas sociais existentes. Por isso, pretende-se letrar os jovens para que sejam cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e das suas responsabilidades que, mais do que simplesmente conhecer a legislação, compreendam as leis como instrumentos de proteção dos direitos individuais e coletivos. Cabe apresentar o que afirma Fairclough (2008) ao se referir ao discurso como prática social. Para ele,

[...] a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes (Fairclough, 2008, p. 123-124).

Com a intenção de transformar a sala de aula em um espaço de formação cidadã, preparando os indivíduos para que desenvolvam habilidades essenciais no processo de avanço

das dinâmicas políticas e sociais que estruturam e influenciam o corpo social, é fundamental promover o letramento político, conceito central que será detalhado na sequência.

2.5 Letramento Político

Inicialmente, faz-se mister destacar o conceito de letramento político defendido por Cosson, que o define como “o processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores voltados para a manutenção e aprimoramento da democracia” (Cosson, 2010, p. 30). Em consonância com este conceito, o respectivo trabalho visa contemplar no seu caderno pedagógico um Módulo Didático que integre de forma eficaz a teoria e a prática, contextualizando a realidade dos estudantes. Desse modo, preza-se pela formação cidadã dos jovens, buscando promover a apropriação de conhecimentos, valores e práticas que fomentem o bem comum e fortaleçam as relações democráticas. Com isso, almeja-se contribuir significativamente para o exercício pleno da cidadania e o aprimoramento da democracia (Cosson, 2011).

Assim, ao propor um trabalho que envolva a leitura da “Constituição em Miúdos I”, o objetivo é transcender a prática comum, evidenciada nas escolas brasileiras, em que o estudo das legislações frequentemente se limita a um fim em si mesmo. Sendo assim, este estudo se compromete a integrar a prática com a teoria, considerando o contexto social, político e econômico dos estudantes e os problemas sociais que os afetam. Ao entender os alunos como sujeitos ativos de suas realidades e ao proporcionar a eles o conhecimento necessário, espera-se que possam realizar intervenções sociais e que promovam benefícios para a coletividade. Desta forma, almeja-se a compreensão das normas legais, bem como a aplicação prática dessas normas em favor do bem comum e da melhoria das condições sociais. À vista disso, há uma aproximação com a ideia defendida por Carvalho “a educação de valores fundamentais à vida pública não pode consistir meramente na transmissão de informações, tais como o conteúdo da Declaração dos Direitos do Homem ou os princípios da Constituição da República” (Carvalho *et al.*, 2004, p. 435).

É preciso compreender que o letramento político, fundamental para a convivência democrática, não requer apenas a compreensão teórica, mas também a prática contínua e o exercício diário do saber. Este trabalho pretende promover a formação de estudantes com base na valorização das suas realidades específicas, alinhando-se à perspectiva de Cosson (2011, p. 11), que destaca a importância do contexto e das condições permitidas para a efetivação da aprendizagem. A proposta é desenvolver uma abordagem pedagógica que se concretiza quando

os conteúdos são aplicados e discutidos no contexto real dos estudantes, estimulando o pensamento crítico e a reflexão coletiva, por meio do estudo da Constituição Federal. Ao utilizar esse repertório fundamental, pretende-se transmitir conhecimentos teóricos sobre direitos e deveres constitucionais e promover a aplicação prática desses conceitos na análise e solução de questões locais. Assim, espera-se que os estudantes desenvolvam uma consciência cívica mais profunda e um engajamento efetivo com a realidade. Para Cosson (2011),

Todo letramento político só se efetiva quando promove práticas que tratam das habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento do pensamento crítico, à participação decisória, à resolução pacífica de conflitos, ao viver em uma comunidade em que se reconhece igualmente o direito de cada um, em que há respeito pelo outro. Todo letramento político deve ser guiado por valores ou atitudes que sustentam e favorecem a vida democrática, tais como tolerância, diversidade nas relações sociais, interdependência, igualdade, equidade e liberdade (Cosson, 2011, p. 10).

Enfim, compreende-se que uma pesquisa dedicada ao letramento e à prática político-cidadã deve focar em ações que emergem dos problemas vivenciados pela comunidade. Essa abordagem permite que a investigação aborde questões teóricas e se conecte profundamente com as realidades. Em concordância com essa ideia, Cosson, ao ser entrevistado por Ribeiro (2022), afirma que o letramento político é a participação da vida em comunidade. Ao priorizar os problemas locais, a pesquisa se torna mais relevante e impactante, possibilitando uma análise crítica e contextualizada dos textos legais e das práticas políticas.

Dito isso, na certeza de que os letramentos envolvem múltiplas formas de linguagem e interação social, na sequência será dado enfoque à proposta dos multiletramentos no contexto das aulas de língua materna.

2.6 O espaço dado aos multiletramentos nas aulas de língua materna

O conceito de multiletramento surgiu pela primeira vez em 1996, com a publicação de um manifesto intitulado “A pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures”, fruto de discussões do “Grupo de Nova Londres” (GNL), formado por estudiosos que procuraram ampliar a concepção de pedagogia do letramento a partir das mudanças sociais.

Em primeiro lugar, queremos ampliar a ideia e o escopo da pedagogia do letramento para dar conta do contexto de nossas sociedades cultural e linguisticamente diversas e cada vez mais globalizadas, incluindo as culturas multifacetadas, que se inter-relacionam, e a pluralidade de textos que circulam. Em segundo lugar, argumentamos que a pedagogia do letramento

deve levar em conta a variedade crescente de formas de texto associadas às tecnologias de informação e de multimídia (GNL, 2022, p. 102).

Em um mundo repleto de mudanças em que a diversidade linguística e cultural, as novas tecnologias de comunicação e informação alteraram as formas de relacionamentos e práticas textuais, uma pedagogia de multiletramentos passou a existir. E, de acordo com Rojo (2012, p. 21), os letramentos tornam-se multiletramentos.

E como ficam nisso tudo os letramentos? Tornam-se multiletramentos: são necessárias novas ferramentas — além das da escrita manual (papel, pena, lápis, caneta giz e lousa) e impressa (tipografia, imprensa) — áudio, vídeo, tratamento da imagem, edição e diagramação. São requeridas novas práticas: (a) de produção, nessas e em outras, cada vez mais novas ferramentas; (b) de análise crítica como receptor. São necessários novos e multiletramentos.

Sendo assim, a interatividade e a colaboração são características importantes nesse universo, que passou a exigir uma nova ética e novas estéticas. O GNL, inclusive, fez menção ao caráter democrático das escolas que devem garantir o sucesso significativo para todos.

Em resposta às mudanças radicais que estão em curso na vida profissional, precisamos trilhar um caminho cuidadoso, que ofereça aos alunos a oportunidade de desenvolver habilidades para o acesso a novas formas de trabalho por meio do aprendizado da nova linguagem de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, como professores, nosso papel não é simplesmente ser tecnocratas. Nosso trabalho não é produzir trabalhadores dóceis. Os alunos precisam desenvolver a capacidade de falar abertamente, de negociar e de se envolver criticamente com as condições de suas vidas profissionais (GNL, 2022, p. 111).

O respectivo grupo ainda instituiu alguns elementos fundamentais para que o ensino-aprendizagem possa ser alcançado diante dessa nova arquitetura pedagógica, são eles: prática situada, instrução explícita, enquadramento crítico e prática transformadora. Em vista disso, cabe à escola preparar os seus alunos para que sejam capazes de interagir com a diversidade de gêneros que circulam nas diferentes mídias, pois a cultura contemporânea requer as práticas de leitura e escrita nesses ambientes digitais. Isso reforça o que Rojo (2012, p. 13) chama de multimodalidade e multiplicidade de significados e culturas. A autora afirma ainda que as práticas de letramento que a escola tem desenvolvido não conseguem garantir a participação dos alunos nas práticas sociais demandadas na atualidade.

Diante desse desafio, a escola precisa desenhar propostas de letramento que atendam às necessidades dos sujeitos, tendo em vista o exercício da cidadania, de maneira ética e crítica, nesses novos tempos de multissemiótica das mídias digitais e de multiculturalidade.

Essas múltiplas exigências que o mundo contemporâneo coloca para a escola, portanto, vão multiplicar enormemente as práticas e textos que nela devem circular e ser abordadas(os). O letramento escolar, tal como o conhecemos, voltado principalmente para as práticas de leitura e escrita de textos em gêneros escolares (anotações, resumos, resenhas, ensaios, dissertações, descrições, narrações e relatos, exercícios, instruções, questionários, dentre outros) e para alguns poucos gêneros escolarizados advindos de outras esferas (literária, jornalística, publicitária) não será suficiente para atingir as três metas enunciadas acima. Será necessário ampliar e democratizar tanto as práticas e eventos de letramentos que têm lugar na escola como o universo de textos que nela circulam (Rojo, 2009, p. 108).

Para que as aulas de língua materna possam acompanhar o movimento instituído pela multiplicidade de práticas de letramento da atualidade, Rojo (2009, p. 109-110) orienta levar em consideração o conceito bakhtiniano de esfera de atividade ou de circulação de discursos e também o conceito de gêneros do discurso. Isso porque as atividades da vida cotidiana se constituem como esferas de circulação e utilização da língua, conforme assegura Bakhtin (2003).

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana [...] cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (Bakhtin, 2003, p. 250).

Portanto, cabe às aulas de língua materna oportunizar os diferentes modos de uso das linguagens, o que certamente tornará as aulas bem mais atrativas para os estudantes. A partir daí, a aprendizagem decorrerá de um processo social de construção de significados, numa interação com o mundo e com as pessoas e as suas ideias. A BNCC, ao descrever o eixo Leitura, fazendo referência à utilização dos recursos multissemióticos, defende que

O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades (Brasil, 2018, p. 71).

Nesse contexto, o espaço dado aos multiletramentos nas aulas de língua materna deve ser alargado, com o objetivo de promover o conhecimento, o desenvolvimento da cidadania e a formação social, evitando a exclusão e o fracasso escolar que têm castigado muitas gerações. Entende-se que a utilização do texto em diferentes mídias e formatos é uma maneira de incluir

e valorizar as variadas culturas e suas respectivas linguagens, como prevê a BNCC na sua primeira referência aos multiletramentos:

Essa consideração dos novos e multiletramentos; e das práticas da cultura digital no currículo não contribui somente para que uma participação mais efetiva e crítica nas práticas contemporâneas de linguagem por parte dos estudantes possa ter lugar, mas permite também que se possa ter em mente mais do que um “usuário da língua/das linguagens”, na direção do que alguns autores vão denominar de designer: alguém que toma algo que já existe (inclusive textos escritos), mescla, remixa, transforma, redistribui, produzindo novos sentidos, processo que alguns autores associam à criatividade (Brasil, 2018, p. 70, aspas do autor).

Portanto, como ponto de partida para a ampliação do repertório dos alunos, a escola, especialmente no componente de Língua Portuguesa, deve priorizar a incorporação das novas ferramentas de acesso à comunicação e à informação, que estão presentes em diversos espaços, além de valorizar as vivências cotidianas dos estudantes. A próxima seção abordará a importância da leitura, destacando seu papel fundamental no processo de construção de sentido e ampliação do conhecimento.

2.7 Leitura

A concepção de leitura adotada nesta pesquisa é fortemente influenciada pela perspectiva freiriana, conhecida por sua abordagem crítica e emancipatória no contexto educacional. Para Paulo Freire, o conceito de leitura se constitui como um ato de conscientização, no qual os indivíduos absorvem informações, questionam e problematizam as estruturas de poder e as injustiças sociais que permeiam a sociedade.

Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade (Freire, 1989, p. 7).

Desse modo, o educador Paulo Freire enfatiza que compreender o contexto social, histórico e político em que as pessoas estão inseridas é essencial para uma leitura verdadeiramente crítica. Para ele, a leitura não se limita à interpretação do texto escrito, ela abrange a análise das relações de poder, das dinâmicas de exclusão e das oportunidades de transformação por meio da educação. Sendo assim, é preciso interromper a construção histórica

da leitura como ferramenta de exclusão que se alastra desde o período colonial, conforme afirma Luckesi (2001):

A história da leitura entre nós, por conseguinte, se inicia com uma violenta discriminação: aos senhores era assegurado esse direito; aos outros, que nas suas culturas de origem certamente já o exerciam, era usurpado este mesmo direito, em nome da superioridade da raça dos que aqui aportaram como ‘descobridores e benfeitores’ (Luckesi, 2001, p. 127, aspas do autor).

Diante do exposto, esta pesquisa visa fomentar a compreensão da leitura como um ato de descoberta individual, bem como um catalisador para o despertar de uma consciência coletiva voltada à transformação social. É imperativo promover o ato da leitura na escola como um instrumento poderoso para democratizar o acesso ao conhecimento e fortalecer o potencial de cada indivíduo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A leitura se apresenta como uma necessidade do cidadão, o que aumenta a responsabilidade da escola no processo de incentivo que deve ser dinâmico e prazeroso, possibilitando a afinidade e o comprometimento do aluno com a leitura. Vale expor o que diz Magnami:

A formação e a transformação do gosto não se dão num passe de mágica. [...] Cabe ao professor romper com o estabelecido, propor a busca e apontar o avanço. Para isso é preciso problematizar o conhecido, transformando-o num desafio que propicie o movimento. [...] Se entendermos que os gostos não são naturais, nem imutáveis, nem sucessivos, mas que se integram ao processo de desenvolvimento em sobressaltos, em que o sujeito vai superando a si mesmo, traçando seu percurso histórico rumo a um objetivo [...] (Magnami, 1992, p. 105).

Portanto, a leitura é um instrumento de empoderamento dos indivíduos, que abre oportunidade para que se tornem agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade como um todo. Ao cultivar uma consciência crítica, os estudantes ampliam seus repertórios intelectuais e desenvolvem um compromisso com a justiça social e a igualdade. Dessa forma, a educação, baseada na perspectiva freiriana, não só prepara os jovens para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, como também os motiva a serem protagonistas na construção de um futuro mais justo e inclusivo. Enfim, cabe à escola, nessa proposta mais especificamente às aulas de língua portuguesa, garantir um trabalho consistente com a leitura, a partir de estratégias e processos de mediação intencionais, conforme será detalhado posteriormente.

2.8 Estratégias de leitura

Em um cenário complexo como a sala de aula, que tem como uma das suas funções formar os sujeitos para o exercício da cidadania com autonomia e responsabilidade, o ensino a partir de estratégias de leitura se apresenta como fundamental para que os alunos leiam e compreendam os textos lidos. Dito isso, esse trabalho parte do princípio de que a leitura é um objeto de estudo que deve permear toda escolaridade, garantindo o seu caráter significativo para aquele que lê. Segundo Paulo Freire (1989), antes de aprender a ler palavras, o aluno deve aprender a ler o mundo. Esse princípio fundamental reforça a importância de situar a prática de leitura em contextos reais e significativos para os estudantes, de modo que a leitura se torne uma ferramenta de compreensão e transformação da realidade. Ao partir das situações cotidianas e das experiências vividas pelos alunos, busca-se estabelecer uma conexão entre o conteúdo textual e o contexto social, cultural e político no qual o ele está inserido.

Dessa forma, a estratégia de leitura adotada ao longo deste trabalho visa preparar os estudantes para a vida, ampliando seu repertório crítico e reflexivo. Ao integrar as experiências pessoais dos alunos com os textos estudados, estimula-se o interesse pela leitura, tornando-a mais relevante no processo de formação dos sujeitos, como um meio para o aprendizado contínuo e para a construção de um pensamento mais consciente e atuante. Partindo dessa premissa, a concepção de leitura adotada pelo professor, em sala de aula, determinará a sua prática. Ao selecionar os textos a serem trabalhados, ele deve levar em consideração as necessidades dos seus alunos e a pertinência diante de questões que solicitam de resolução. Para isso, é necessário que todas as atividades sejam conduzidas a partir da busca por sentido, como aponta Freire (1989, p. 13),

Este movimento dinâmico é um dos aspectos centrais, para mim, do processo de alfabetização. Daí que sempre tenha insistido em que as palavras com que organizar o programa da alfabetização deveriam vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos.

Ao defender a utilização de estratégia de leitura neste trabalho, busca-se ampliar as possibilidades de compreensão dos alunos, assim como prevê a BNCC (2018), ao considerar estratégias de leitura como objeto do conhecimento dentro da prática de linguagem “Leitura”.

(EF67LP28) Ler, de forma autônoma, e compreender – selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes –, romances infantojuvenis, contos populares, contos de terror, lendas brasileiras,

indígenas e africanas, narrativas de aventuras, narrativas de enigma, mitos, crônicas, autobiografias, histórias em quadrinhos, mangás, poemas de forma livre e fixa (como sonetos e cordéis), vídeo-poemas, poemas visuais, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores (Brasil, 2018, p. 169).

(EF89LP33) Ler, de forma autônoma, e compreender – selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes – romances, contos contemporâneos, minicontos, fábulas contemporâneas, romances juvenis, biografias romanceadas, novelas, crônicas visuais, narrativas de ficção científica, narrativas de suspense, poemas de forma livre e fixa (como haicai), poema concreto, ciberpoema, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores (Brasil, 2018, p. 187).

Dessa maneira, entende-se que as estratégias precisam estar alinhadas às finalidades de leitura, para que o professor consiga ampliar as possibilidades de compreensão dos seus alunos, assumindo o papel de mediador de um movimento de construção e reconstrução de sentidos. Assim, “nenhum leitor absorve passivamente um texto; nem este subsiste sem a invasão daquele que lhe confere vida, ao completá-lo com a força de sua imaginação e o poder de sua experiência” (Zilberman, 2001, p. 51).

2.9 A leitura como estratégia para ampliar a participação cidadã dos estudantes

É essencial promover a participação ativa e a presença significativa dos jovens na vida pública. Sob esse ponto de vista, a escola desempenha um papel crucial nesse processo ao fomentar o hábito da leitura. A educação não deve ser encarada como uma barreira para os jovens, mas sim como uma ferramenta que lhes proporciona oportunidades de crescimento e desenvolvimento integral. É importante ressaltar que a formação para a cidadania está prevista na legislação educacional e deve ser uma prioridade no currículo escolar. A educação de qualidade é uma causa de humanidade, que busca formar indivíduos criativos, propositivos e transformadores, capazes de contribuir de maneira significativa para o progresso da sociedade. Nesse sentido, a promoção da leitura na escola não é apenas uma questão pedagógica, mas também uma questão de justiça social e de construção de um mundo mais igualitário e democrático. Isso dialoga com a ideia trazida por Possenti (2001):

Não sei dizer claramente em que os livros podem ajudar alguém a ser melhor, até porque teríamos que definir “melhor” [...]. Certamente, não se trata de imaginar que os livros, por si sós, lidos na solidão do quarto, sobre uma almofada de seda, convertam alguém. Mas, na medida em que estes estão

imbricados com posições de poder ou de utopias, eles podem não deixar o leitor no mesmo estado (Possenti, 2001, p. 11, aspas do autor).

O texto não deve ser encarado apenas como um elemento linguístico isolado, mas sim como uma poderosa ferramenta que influencia comportamentos, embasa decisões e promove intervenções nos diferentes contextos sociais. Ele deve ser utilizado para proporcionar significado e relevância às vidas dos alunos, não apenas como uma estrutura estática de palavras em um suporte físico. Portanto, é crucial adotar uma postura diferente em relação ao trabalho com texto na sala de aula de língua materna, evitando que os alunos se tornem sujeitos alienados e passivos diante do processo de leitura.

A intenção é tomar distância de atividades que depositam intenções superficiais e pouco significativas, a exemplo da localização de elementos linguísticos na superfície textual. Durante anos, a formação leitora foi penalizada, já que a prioridade era direcionada ao estudo dos elementos gramaticais que se apresentam como a oportunidade para o alcance da escrita exigida pela escola e pelos exames. Essa realidade trouxe como consequência o afastamento do aluno como um sujeito que ler, que compreende o que ler e que utiliza o conhecimento adquirido como ferramenta para a convivência cidadã. Sendo assim, o entendimento reducionista atribuído às aulas de língua materna trouxe consequências graves para a formação dos estudantes.

A escola é um espaço para ensinar o aluno a pensar em si, no outro e no espaço em que está inserido, com vistas à construção de uma sociedade mais justa composta por cidadãos participativos e inclusivos. Posto isso, é preciso estar atento ao caráter sociocultural da língua, para que o aluno, por meio das práticas sociais, possa agir inserido em processos de colaboração e mediação, uma vez que o conhecimento é construído socialmente, como defendido por Vygotsky (2007, p. 56) e, portanto, como um processo complexo. Desse modo, cabe à escola, enquanto espaço social, investir na formação dos jovens, para que sejam agentes criativos, propositivos e transformadores. Sem perder de vista que quanto mais coletivo o trabalho mais se cria um senso de compartilhamento na escola. Nesse contexto, a leitura é uma ferramenta fundamental para a participação dos jovens na sociedade e para o alcance do exercício da cidadania de maneira mais ampla e efetiva. Vale mencionar o entendimento de Lajolo (2001, p. 30), ao afirmar que “saber ler e escrever, além de fundamental para o exercício de graus mais complexos de cidadania, constitui marca de distinção e de superioridade em nossa tradição cultural.”

Dessa maneira, o ensino de leitura alarga as possibilidades de futuro, na medida em que os alunos têm a oportunidade de recorrer aos textos em busca de respostas para problemas

concretos das suas realidades. Conforme Lerner (2002, p. 17) preconiza, “[...] o necessário é fazer da escola uma comunidade de leitores que recorrem aos textos buscando respostas para os problemas que necessitam resolver.”. Enfim, a leitura, na escola, precisa ser vista como artefato para transformar o mundo em que se vive, fazendo sentido para o aluno, visto que não dá mais para aceitar que o texto é um acumulado de informações do qual se extrai elementos linguísticos.

2.10 Mediação leitora

A escola tem se tornado um espaço sem tempo para as práticas de leitura, o que é perigoso, pois ela é um aparelho social que deve propor, incentivar, investir e oportunizar práticas leitoras. Antunes (2003, p. 27-28) postulou as seguintes críticas em relação à leitura:

- [...] centrada nas habilidades mecânicas de decodificação de escrita;
- [...] sem interesse, sem função, pois aparecem desvinculadas das práticas de usos sociais que se faz da leitura atualmente;
- [...] puramente escolar, sem gosto, sem prazer, convertida em um momento de treino;
- [...] uma atividade de leitura cuja interpretação se limita a recuperar os elementos literais e explícitos presentes na superfície do texto;
- [...] uma atividade incapaz de suscitar no aluno a compreensão das múltiplas funções sociais da leitura.

As aulas de língua portuguesa precisam potencializar as práticas de leitura, conforme alerta a BNCC, inclusive, garantindo a utilização de gêneros textuais que estejam no campo de atividade dos alunos, para que eles possam criar conexões com o contexto no qual estão inseridos. Desse modo, as aulas de leitura passam a fazer sentido para aquele que aprende (Brasil, 2018).

Não há dúvidas de que a leitura é um instrumento para as aprendizagens, por isso a BNCC propõe a estrutura dos eixos de integração e, entre eles, ela está aparecendo com destaque, diferentemente de outros documentos anteriores.

[...] os eixos de integração considerados na BNCC de Língua Portuguesa são aqueles já consagrados nos documentos curriculares da Área, correspondentes às práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma-padrão –, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses) (Brasil, 2018, p. 71).

As práticas de leitura estão intrinsecamente ligadas às práticas de uso no cotidiano. Como Paulo Freire (1989) destaca, compreender o mundo ao nosso redor vem antes mesmo da compreensão das palavras escritas. Portanto, nas aulas de leitura, é fundamental que os alunos consigam estabelecer conexões entre os textos e a realidade em que vivem e atuam. Especialmente em tempos marcados por crescentes desigualdades, os textos devem ser vistos como ferramentas que ampliam nossas possibilidades de intervenção no mundo, conforme já apontado pelo renomado educador.

É necessário aguçar a curiosidade dos alunos mediante o envolvimento em atividades leitoras que permitam desenvolver competências cognitivas essenciais para compreender o mundo, sobretudo a partir de uma lógica que parte da dimensão local para a global. No entanto, não se investe nesse processo utilizando-se o texto como localização de partes isoladas de um objeto. Paulo Freire (1989, p. 15) já anunciava que “a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto, é feita no sentido de memorizá-la, nem é real leitura, nem dela portanto resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala”.

Durante as aulas de leitura, o professor precisará garantir que os alunos vivenciem a aprendizagem, considerando as suas experiências de vida. Destarte, por meio do desenvolvimento das potencialidades dos jovens, a leitura os nutre de conhecimento, retrata o mundo e, inclusive, os alerta para as injustiças às quais estão submetidos.

O comando da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e de temas significativos à experiência comum dos alfabetizados e não de palavras e de temas apenas ligados à experiência do educador. A seleção dos textos deve ter em vistas que a leitura será um processo de revelação, de denúncia e de tomada de decisão (Freire, 1989, p. 21).

Diante do exposto, nota-se que a leitura, na sala de aula, tem ficado restrita a atividades de levantamentos de erro e acertos, de modo que não tem cumprido a sua missão de ampliar repertório e possibilitar a consciência crítica. Dessa maneira, sendo a educação uma causa de humanidade e não de ideologia, a escola precisa cumprir o seu papel de democratizar o conhecimento e as práticas de leitura e escrita. Portanto, o centro da sala de aula é o caminho para isso.

Em síntese, a mediação leitora tem como objetivo formar leitores críticos para que percebam aquilo que está para além do texto, ou seja, no mundo, num processo de descoberta das relações estabelecidas. Vale destacar Lerner (2002) quando afirma que

Ler é entrar em outros mundos possíveis. É indagar a realidade para compreendê-la melhor, é se distanciar do texto e assumir uma postura crítica

frente ao que se diz e ao que se quer dizer, é tirar carta da cidadania no mundo da cultura escrita (Lerner, 2002, p. 73).

Dessa forma, a mediação leitora vai além da mera decodificação de palavras, buscando formar leitores capazes de questionar e refletir sobre o que está implícito nos textos e em seu contexto social. Nesse sentido, a compreensão crítica do leitor sobre o mundo à sua volta é essencial para o desenvolvimento da sua cidadania e de sua autonomia intelectual. Na próxima seção, abordaremos a “Constituição em Miúdos I” como gênero da linguagem, um aspecto crucial para essa discussão.

2.11 A “Constituição em Miúdos I” como gênero da linguagem

No início dos estudos, esta pesquisa esteve centrada na teoria de Bakhtin, visto que a “Constituição em Miúdos I” reflete as características fundamentais dos gêneros discursivos: é influenciado pelo contexto social e histórico em que é produzido e compreendido; possui uma estrutura e estilo específicos que refletem as normas e convenções da esfera jurídica e cumpre uma função comunicativa determinada dentro dessa esfera. De acordo com Bakhtin (2016), “Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*” (Bakhtin, 2016, p. 12, grifos do autor). Sendo assim, Bakhtin (2016) enfatiza a importância do diálogo entre os diferentes gêneros discursivos e suas vozes sociais. No caso da “Constituição em Miúdos I”, por ser uma obra que retextualiza a Constituição Federal Brasileira, o respectivo gênero está em constante diálogo com outros tipos de textos (como decisões judiciais, contratos, pareceres jurídicos, entre outros) e outras vozes sociais presentes na esfera jurídica (como advogados, juízes, legisladores e cidadãos comuns).

Ao dar prosseguimento ao processo das leituras, tomou-se ciência da perspectiva da linguagem como um sistema adaptativo complexo (Oliveira e Paiva, 2018). Desse modo, ampliou-se a compreensão da “Constituição em Miúdos I” como um gênero da linguagem. Ele deve ser considerado não somente como um gênero discursivo, mas como um gênero da linguagem em constante adaptação, respondendo e se ajustando às interações sociais e institucionais que o permeiam. Esse entendimento não contradiz a visão bakhtiniana, mas a enriquece, pois Oliveira e Paiva (2018) afirma que os

Gêneros da linguagem é um termo guarda-chuva que inclui texto e discurso e outros modos semióticos. Ao optar por “gêneros da linguagem”, não exclui gêneros textuais”, “gêneros do discurso” ou “gêneros discursivos”, ao

contrário, os incluo no guarda-chuva e acolho gêneros não verbais, que também são ações de linguagem. Ao fazer essa opção, apoio-me em uma visão de linguagem na perspectiva da complexidade (Oliveira e Paiva, 2018, p. 73, aspas do autor).

Ao defender a concepção de gêneros da linguagem, Paiva ratifica a necessidade de priorizar a experiência humana com a linguagem, independente de ser oral, escrita ou de outra natureza (Oliveira e Paiva, 2018, p. 73). Partindo dessa premissa, dentro da esfera social, os gêneros têm seus próprios objetivos, valores e formas de interação, emergindo e se modificando para atender a necessidades específicas da sociedade, como anuncia Miller (2009) “[...] porque gêneros mudam, evoluem e se deterioram; o número de gêneros correntes em qualquer sociedade é indeterminado e depende da complexidade e diversidade da sociedade” (p. 91).

Desse modo, a “Constituição em Miúdos I” é uma retextualização da Constituição Federal Brasileira, obra criada com o propósito de estabelecer direitos, deveres e regulamentações que norteiam o comportamento social e organizam as estruturas do Estado, sendo um pilar essencial para o exercício eficaz da cidadania. No entanto, essa função normativa não é estática ou imutável, pelo contrário, ela está profundamente interligada à complexidade da linguagem que, por sua própria natureza, é dinâmica, interativa e sujeita a mudanças.

Portanto, a “Constituição em Miúdos I” surge a partir de um gênero da linguagem jurídica que expressa a interação entre diferentes atores sociais, o contexto histórico e cultural e as constantes transformações nas demandas e necessidades da sociedade. Essa categoria de texto é caracterizada pela utilização de uma linguagem técnica e específica, repleta de termos jurídicos e conceitos legais que estabelecem direitos, deveres e regulamentações, tornando-se um instrumento fundamental para a organização e funcionamento da sociedade. Já a sua estrutura é geralmente padronizada, seguindo normas e convenções estabelecidas pelo sistema jurídico vigente em determinado país ou região. Essa complexidade pode representar um desafio para a sua acessibilidade, requerendo esforços adicionais com a finalidade de torná-lo compreensível para um público mais amplo. Surge daí a ideia deste trabalho que pretende formar agentes transformadores, por meio de uma prática político-cidadã que utilizará a leitura do “Constituição em Miúdos I”, tendo em vista o desenvolvimento do letramento crítico como uma ferramenta fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Vale destacar que, nesta pesquisa, o respectivo gênero, que pertence à esfera narrativa, é trabalhado no Ensino Fundamental, sendo um livro da Coleção em Miúdos, lançado no ano de 2015, fruto de uma parceria entre o Senado Federal, a Associação Brasileira das Escolas do

Legislativo e de Contas (ABEL) e a Câmara Municipal de Pouso Alegre/MG. A referida obra tem como objetivo explicar o conteúdo da Constituição Federal Brasileira de forma didática, clara e objetiva, utilizando uma linguagem acessível, tornando-a compreensível para todos os públicos. Dessa maneira, é considerada um valioso instrumento do Poder Legislativo para promover a educação para a cidadania, por isso foi selecionada como corpus desta produção, em consonância, inclusive, com a BNCC (2018), que defende o estudo de textos normativos e legais, como na seguinte habilidade:

(EF69LP20) Identificar, tendo em vista o contexto de produção, a forma de organização dos textos normativos e legais, a lógica de hierarquização de seus itens e subitens e suas partes: parte inicial (título – nome e data – e ementa), blocos de artigos (parte, livro, capítulo, seção, subseção), artigos (caput e parágrafos e incisos) e parte final (disposições pertinentes à sua implementação) e analisar efeitos de sentido causados pelo uso de vocabulário técnico, pelo uso do imperativo, de palavras e expressões que indicam circunstâncias, como advérbios e locuções adverbiais, de palavras que indicam generalidade, como alguns pronomes indefinidos, de forma a poder compreender o caráter imperativo, coercitivo e generalista das leis e de outras formas de regulamentação (Brasil, 2018, p. 147)

A respectiva habilidade é fundamental para o desenvolvimento do letramento crítico dos alunos, à medida que se refere à capacidade de identificar a organização e a hierarquização dos textos normativos e legais, não apenas promovendo uma compreensão desses documentos, mas também permitindo que os alunos se tornem leitores críticos e participantes ativos na sociedade. Portanto, a habilidade EF69LP20 da BNCC reflete o compromisso de preparar os estudantes para uma participação ativa e responsável na sociedade, formando-os mediante a leitura, a compreensão, a interpretação e a aplicação dos princípios legais em diversas situações ao longo de suas vidas.

3 METODOLOGIA

Esta seção tem como objetivo apresentar de forma detalhada a estrutura metodológica adotada na pesquisa, abordando os procedimentos e estratégias que guiaram o desenvolvimento e a implementação do estudo. Inicia-se com a descrição da abordagem metodológica, em seguida, discute-se a proposta de produto didático desenvolvida ao longo da pesquisa, com ênfase no Caderno Pedagógico, que se configura como uma ferramenta fundamental para a prática docente. Também é apresentado o Módulo Didático, explorando as suas especificidades, bem como a contextualização da escola, considerando o espaço no qual o produto foi implementado. Por fim, será feita uma descrição detalhada do produto desenvolvido, evidenciando sua estrutura, objetivos e contribuições.

3.1 Descrição da abordagem metodológica da pesquisa

O enfoque metodológico desta pesquisa está centrado na *pesquisa-ação*, que se constitui como uma estratégia metodológica para o desenvolvimento do professor enquanto um pesquisador que investiga a sua prática como forma de aprimorar o seu trabalho e, conseqüentemente, o aprendizado dos seus alunos. Conforme Tripp (2005),

A pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos, mas mesmo no interior da pesquisa-ação educacional surgiram variedades distintas (Tripp, 2005, p. 445).

Trata-se de aprimorar a prática docente por meio do exercício do agir e da reflexão/investigação dela. Desse modo, seguindo as orientações de Tripp (2005), entende-se a pesquisa-ação como uma atividade processual em que é aconselhável garantir os seguintes passos durante a ação-investigação: planejamento, descrição/monitoramento e avaliação das mudanças com vistas à melhoria dos resultados. Contudo, é orientado que o tipo investigação esteja alinhado aos objetivos, aos sujeitos envolvidos e ao contexto. Além disso, a referida estratégia metodológica requer o alinhamento entre a prática e a pesquisa científica, para que seja dada sustentação ao trabalho desenvolvido.

Em consonância com Tripp (2005), vale destacar que há alguns princípios basilares durante o desenvolvimento da pesquisa-ação, como: o seu caráter contínuo e não casual; a sua dimensão participativa e colaborativa; e a sua natureza experimental. Assim, a partir do entendimento da configuração metodológica da pesquisa-ação, esse trabalho segue cumprindo

as suas orientações, visto que tem como pesquisadora uma professora que se propõe a fazer intervenção no espaço da realidade pesquisada. No entanto, não se trata de uma ação individual e isolada, todavia de um movimento em que o trabalho se concretiza na colaboração e no diálogo, valorizando e acolhendo as potencialidades dos envolvidos.

A respeito disso, Bortoni-Ricardo (2008, p. 46) afirma que

O professor-pesquisador não se vê apenas como um usuário de conhecimento produzido por outros pesquisadores, mas se propõe também a produzir conhecimentos sobre seus problemas profissionais, de forma a melhorar sua prática. O que distingue um professor-pesquisador dos demais professores é seu compromisso de refletir sobre a prática, buscando reforçar e desenvolver aspectos positivos e superar as próprias deficiências. Para isso ele se mantém aberto a novas ideias e estratégias.

Nesse viés, a pesquisa-ação se dá num processo de melhoria contínua, em que os primeiros resultados dão encaminhamentos aos próximos num exercício de reflexão constante, a fim de identificar as lacunas para realizar as intervenções e alcançar a melhoria. Vale salientar que esse alcance da melhoria está atrelado ao modo como os sujeitos estão envolvidos, bem como à tomada de consciência da sua participação e envolvimento. Sendo assim, prezando pelo respeito e pela ética, cabe ao professor-pesquisador utilizar a confiança adquirida, ao longo do processo, para manter o engajamento dos alunos, com vistas ao alcance dos resultados desejados.

Em face do que foi apresentado, entende-se que a pesquisa-ação irá possibilitar caminhos para que os alunos sejam agentes de mudança no território, buscando respostas para os problemas coletivos, entendidos como não aceitáveis na realidade, e com o entendimento de que, juntos com o apoio do professor, eles poderão planejar e executar ações que sejam capazes de assegurar mudança na realidade imposta. Para Thiollent (2009, p. 16),

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Logo, a pesquisa-ação se revela como a abordagem metodológica ideal para a investigação “Letramento e prática político-cidadã: Leitura da “Constituição em Miúdos I” no Ensino Fundamental”, já que essa metodologia facilita a intervenção direta da professora-pesquisadora no contexto educacional, possibilita a superação de dificuldades ao longo do processo e promove um ambiente de aprendizado colaborativo e reflexivo entre os alunos. Ao enfatizar a participação ativa e a experimentação, possibilita a análise crítica de textos legais e

o engajamento dos alunos na identificação e na resolução de problemas coletivos, fortalecendo sua consciência cidadã e preparando-os para contribuírem efetivamente na sociedade. Destarte, a intenção foi desenvolver o letramento crítico-social, a partir da ampliação da consciência dos agentes envolvidos, em cada uma das ações, a fim de que soluções fossem apontadas, a partir do senso de responsabilidade individual e coletivo.

3.2 A Proposta de Produto Didático: O Caderno Pedagógico

O Caderno Pedagógico (CP) é um gênero da linguagem que pertence ao tipo de texto com viés instrucional ou prescritivo e tem por função ensinar a fazer algo (Castro, 2013). A escolha para compor esse trabalho foi bastante intencional, tendo em vista que seu modo de organização se desenvolve de maneira articulada com maiores chances de alcançar outros professores que tenham o interesse de replicar a prática pedagógica aqui discriminada. Dessa maneira, com uma escrita menos complexa, linguagem mais objetiva e indicações claras do que fazer, nota-se uma maior possibilidade de entendimento das orientações contidas (Azevedo; Freitag, 2020).

O Caderno Pedagógico, desenvolvido com base na metodologia pesquisa-ação, assumiu um papel crucial na abordagem do problema de leitura no Ensino Fundamental, especialmente ao favorecer o letramento crítico-social dos alunos. Através dessa abordagem, o professor propõe atividades dinâmicas e participativas que incentivam a leitura e estimulam uma reflexão crítica. As atividades foram estruturadas para engajar os alunos em investigações sobre temas relevantes para suas realidades sociais, promovendo discussões significativas. Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem não se limitou à aquisição de habilidades básicas de leitura, mas ampliou a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

O CP desenvolvido seguiu a estrutura composicional do principal modelo mencionado por Azevedo e Freitag (2020), garantindo uma metodologia consistente e eficaz para abordar o desafio da leitura no Ensino Fundamental. Para tanto, foram implementadas 6 etapas metodológicas essenciais, cada uma cuidadosamente planejada para assegurar que as atividades propostas fossem pertinentes, bem como capazes de promover um letramento crítico-social entre os alunos. Seguem as referidas etapas: a) capa; b) apresentação; c) introdução; d) descrição sintética da sequência de atividades; e) apresentação das ações didáticas selecionadas; e f) palavra final.

A pesquisa-ação, de natureza qualitativa e interventiva, adotou como metodologia um Módulo Didático intitulado *Cidadania em ação: da Constituição em Miúdos I à prática*

político-cidadã, que foi aplicada ao longo de 16h/aulas na turma do 9º ano C do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes, localizado em Lagarto/SE, onde a professora leciona. A referida abordagem está fundamentada na perspectiva da educação para a cidadania, conforme diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O seu foco está no uso da “Constituição em Miúdos I”, retextualização da Constituição Federal Brasileira, como instrumento central para promover o desenvolvimento do letramento crítico entre os estudantes. Posto isso, através de um Módulo Didático estruturado, os alunos tiveram a oportunidade de adquirir habilidades para compreender a importância dos textos normativos e interpretá-los de maneira crítica, preparando-se assim para se tornarem cidadãos ativos e informados na sociedade contemporânea brasileira.

O desenvolvimento desta pesquisa-ação enfatizou a importância da “Constituição em Miúdos I” como instrumento educativo para fortalecer a cidadania. A escolha da respectiva obra como corpus deste estudo visou transmitir conhecimento sobre direitos e deveres fundamentais e capacitar os alunos para uma participação ativa e crítica na vida democrática. Por meio de atividades planejadas, os estudantes foram guiados a explorar o conteúdo explícito da legislação e entender seu contexto histórico e social, fundamental para a formação de indivíduos capazes de contribuir de maneira consciente e informada para o desenvolvimento da sociedade.

3.3 O Módulo Didático na prática docente

A princípio, escolheu-se a Sequência Didática (SD) como metodologia para o CP, à luz do Grupo de Didática de Francês como Língua Materna da Universidade de Genebra, mais especificamente de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). Para os autores, a sequência didática possibilita um trabalho pedagógico a partir de um “conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (Dolz; Noverraz; Schneuwly, 2004, p. 96-97). Sendo assim, a SD favorece o contato dos alunos com o gênero de maneira que ele transcenda o estado de ser de instrumento de comunicação e interação, tornando-se um objeto de aprendizagem (Rojo, 2012).

A partir desse entendimento, a SD visa primordialmente desenvolver as competências comunicativas dos alunos, orientando-os para uma produção textual autêntica e intencional, enquanto conscientiza sobre a relevância dos gêneros textuais em contextos específicos de produção e circulação. Através dessa abordagem pedagógica, busca-se construir significados genuínos em situações reais de aprendizagem, proporcionando aos estudantes o conhecimento

teórico sobre os diversos gêneros, bem como habilidades práticas para interagir e produzir textos adequados ao contexto em estudo. Dito isso, é crucial destacar que a proposta de SD está organizada a partir de um formato estrutural composto por 4 partes, sendo elas: apresentação da situação de comunicação, produção escrita inicial, módulos de ensino e produção final.

Contudo, ao compreender que a prática central deste trabalho é a leitura, considerou-se mais pertinente a escolha do Módulo Didático (MD) como metodologia para o CP e a adoção da sequência didática como inspiração, pois o módulo oferece uma variedade maior de possibilidades para o trabalho com a leitura e a escrita, permitindo a exploração de diferentes gêneros textuais. Essa abordagem propicia aos alunos uma vivência mais ampla e diversificada das práticas linguísticas, enriquecendo o processo de aprendizagem e favorecendo o desenvolvimento de habilidades de leitura e produção textual em contextos diversos.

Segundo Azevedo e Freitag (2020, p. 99) o MD é um conjunto de atividades cuidadosamente organizadas em torno de um tópico previamente selecionado, com o objetivo de proporcionar uma abordagem aprofundada e estruturada do conteúdo. Ele pode ser voltado para o trabalho com um tema específico ou abordar questões mais amplas dentro de uma área de conhecimento, possibilitando ao educador explorar diferentes perspectivas. Essa flexibilidade do módulo torna-o uma ferramenta eficiente para a promoção de uma aprendizagem mais integrada e contextualizada.

Quanto à confecção do MD, Azevedo e Freitag (2020, p. 106-116) afirmam que a metodologia tratada requer a execução de três etapas fundamentais para garantir a efetividade do processo de ensino e aprendizagem. A primeira etapa é destinada à problematização inicial, momento crucial em que se identificam as questões e/ou problemas que impactam diretamente a vida dos alunos. É nessa fase que se priorizam os questionamentos, estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico e promovendo o trabalho colaborativo entre os estudantes. A importância dessa etapa reside em considerar o contexto dos alunos, colocando-os como protagonistas de sua aprendizagem, o que favorece uma maior conexão entre o conteúdo e sua realidade cotidiana. Na segunda etapa, ocorre a organização do conhecimento, por meio de atividades que buscam proporcionar vivências e experiências variadas, fundamentais para que os alunos possam aplicar o aprendizado de maneira significativa. Por fim, a terceira etapa destina-se à aplicação dos conhecimentos pelos alunos, momento em que o professor pode avaliar se os estudantes se apropriaram dos conceitos abordados ou se é necessário um aprofundamento para garantir a consolidação do aprendizado. Cada uma dessas etapas visa promover uma aprendizagem ativa, colaborativa e contextualizada, alinhada às necessidades e características dos alunos.

Nesse contexto, desenvolver uma proposta metodológica para a mediação da leitura, a partir das contribuições de Madu Macedo na obra “Constituição em Miúdos I”, se alinha diretamente com a promoção do letramento crítico-social e das práticas político-cidadãs. Essa abordagem pretende fortalecer a compreensão dos alunos sobre temas legais e sociais, na esperança de que uma nova geração de cidadãos conscientes e participativos esteja sendo formada, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Na sequência, será apresentado o contexto da escola envolvida na pesquisa, juntamente com a turma selecionada. Ademais, haverá a descrição do produto, que inclui instruções, fundamentos necessários e atividades organizadas em um Módulo Didático. A intenção é disponibilizar esses recursos para que o professor pesquisador e outros educadores interessados possam implementar o produto em suas aulas de língua portuguesa de forma eficaz.

3.4 Contextualização da escola

O trabalho aqui desenvolvido parte de uma necessidade dentro do contexto do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes, localizado no município de Lagarto, região centro-sul de Sergipe, na rua Manoel de Paula Menezes Lima, 325 - Centro, Lagarto. A partir da observação das atividades de leitura em sala de aula, bem como das discussões em reuniões pedagógicas com professores e equipe gestora, foi identificado que os alunos do 9º ano, especificamente, 9º ano C, apresentavam a necessidade de uma convivência mais estreita e significativa com práticas de leitura que promovessem o letramento crítico-social, com vistas à formação de jovens capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

A referida escola foi fundada por meio do Decreto Lei nº 006 de 16 de abril de 1969, à época com nome Grupo Escolar Dr. Evandro Mendes, frequentada por alunos das imediações do estabelecimento e zona rural das séries iniciais do Ensino Fundamental, tendo sua nomenclatura alterada para Escola Estadual Dr. Evandro Mendes pelo Decreto nº 18.259 de 20 de agosto de 1999. Posteriormente, com o Decreto nº 30.893 de 26 de outubro de 2017, a nomenclatura foi alterada para Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes.

A partir do ano de 2005, sob Resolução nº 348/2005, a escola passa a contar também com o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série. Em 2001, a escola passou a ofertar a modalidade da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental (EJAEF), sendo o último ano de oferta dessa modalidade de ensino em 2016. No ano de 2006, atende a Lei nº 11.274/2006, que dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental. Em 2015, foi

implementada a modalidade da Educação de Jovens e Adultos do Médio (EJAEM). Atualmente, o colégio oferece do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e a Modalidade de Jovens e Adultos da primeira à quarta etapa/ EJAEM.

Quanto ao público, a escola concentra alunos dos bairros mais próximos à unidade (Centro da cidade, bairro Novo Horizonte e bairro Jardim Campo Novo). Essas regiões são caracterizadas por uma realidade marcada pela diversidade e por desafios socioeconômicos significativos. A maioria dos alunos é composta por jovens negros e pardos, cujos pais têm, em sua maioria, apenas o ensino fundamental. Quanto às atividades laborais, as famílias sobrevivem trabalhando no comércio local, na feira livre, as mães como empregadas domésticas, enfrentando diariamente os desafios de uma renda limitada e oportunidades educacionais escassas. Esses bairros frequentemente enfrentam altos índices de violência e apresentam um contexto de vulnerabilidade social, em que a discriminação e as dificuldades socioeconômicas são uma realidade diária. Além disso, o Colégio Dr. Evandro Mendes também atende alunos oriundos da zona rural, sobretudo dos assentamentos agrícolas. São adolescentes e jovens de famílias carentes, na sua maioria, participantes do programa Bolsa Família.

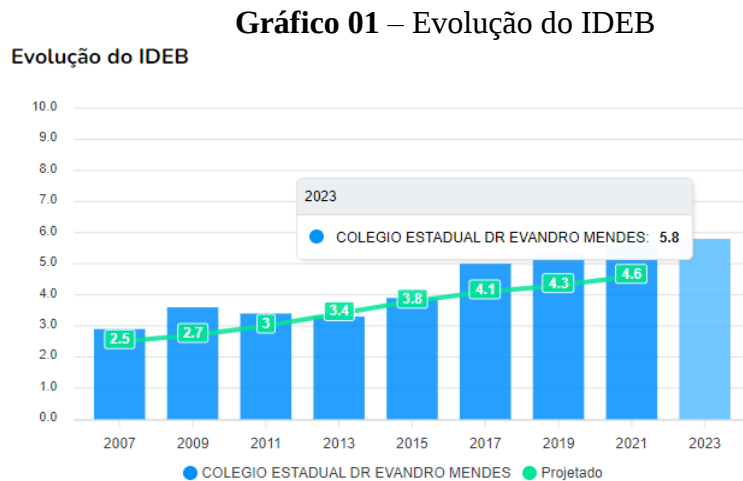
De acordo com o projeto pedagógico do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes, as suas práticas pedagógicas contemplam o que está postulado na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo de Sergipe, estando todos os docentes e equipe gestora alinhados aos documentos orientadores supracitados, como forma de garantir uma educação de qualidade com equidade. Ainda segundo o projeto pedagógico, a instituição prioriza a valorização dos conhecimentos prévios dos seus alunos, estimulando as potencialidades de cada um. Desta forma, incentiva a participação, a colaboração e o diálogo em sala de aula e nos demais espaços, através de práticas de partilhas de conhecimento nas quais professor e alunos são protagonistas. Logo, o processo de ensino e aprendizagem é conduzido com vistas à formação de indivíduos cada vez mais autônomos, criativos e participativos.

Uma vez que, buscamos organização metodológica das práticas pedagógicas em que o diálogo constitui o centro do processo ensino aprendizagem. Nesse sentido, conforme Paulo Freire, buscamos estimular a investigação, o desenvolvimento de temáticas, a partir da problematização do conhecimento, usando a formação integral do ser humano, e o pleno exercício da cidadania, a partir da leitura do mundo (Projeto Pedagógico, 2020, p. 7).

Vislumbra-se, ainda, a contextualização com o ato de vincular o conhecimento à sua origem e à sua aplicação, de forma singular e nos princípios educativos. Dessa maneira, dentro do meio escolar, consiste em aproveitar sempre as relações entre conteúdos (o conhecimento transmitido pelo educador e apreendido pelo aluno) e contexto (situação na qual o processo

ensino-aprendizagem se dá, nível socioeconômico, entre outros) para dar significado ao que foi aprendido, estimulando o protagonismo do aluno e a sua autonomia intelectual.

Segundo dados da plataforma QEdu, extraídos do Inep, em 2023, o Colégio Dr. Evandro Mendes atingiu nota 5,8 de Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como se pode observar no gráfico a seguir:

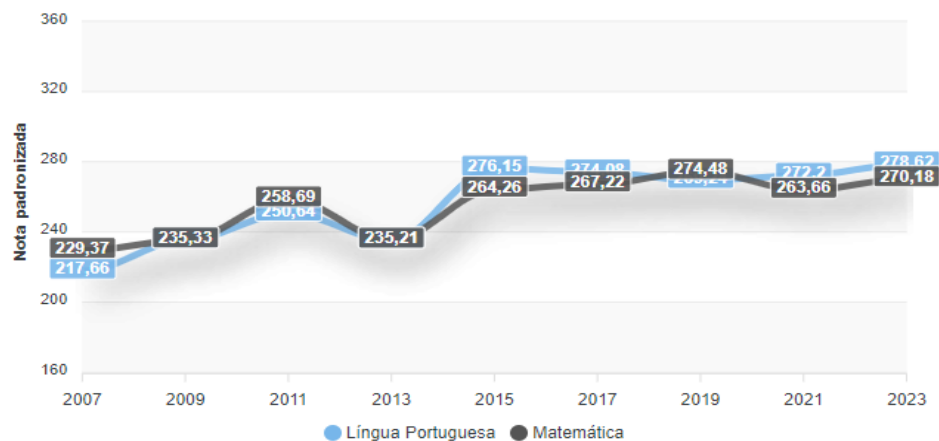


Fonte: IDEB 2023, INEP.

Fonte: QEdu. Disponível em: <https://encurtador.com.br/AsWrI>. Acesso em: 15 de set. 2024.

Nesse mesmo período, o Colégio Dr. Evandro Mendes também avançou em seus índices de proficiência, obtendo 278,62 em português, conforme descrito no gráfico 02.

Gráfico 02 – Evolução Nota no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)
Evolução nota SAEB



Fonte: IDEB 2023, INEP.

Fonte: QEdu. Disponível em: <https://encurtador.com.br/AsWrI>. Acesso em: 15 de set. 2024

Ao analisar o gráfico de evolução da nota do SAEB, nota-se que, nos últimos anos, a proficiência em língua portuguesa dos alunos do 9º ano tem mostrado flutuações significativas. Em 2015 e 2017, os resultados alcançaram patamares superiores aos observados na edição de 2021 (contexto extremamente sensível de pandemia), contudo foram superados pelo atual resultado. Numa análise mais minuciosa, nota-se que o desempenho de 2023 marcou uma melhoria em relação aos anos anteriores, o que é bastante esperançoso. Essa tendência ascendente sugere uma expectativa positiva para os próximos anos, indicando um potencial contínuo de crescimento na qualidade do ensino e aprendizagem de língua portuguesa na instituição.

Quanto ao público atendido, o Colégio Dr. Evandro Mendes possui 665 alunos matriculados, em três turnos de funcionamento. Nos turnos matutino e vespertino, atende às turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, com aproximadamente 420 estudantes; já no período noturno, atende, exclusivamente, às turmas da modalidade EJAEM, com um quadro de 245 estudantes. O colégio possui, em funcionamento, seis salas de aula; sala de professores; sala da coordenação pedagógica e sala da direção escolar, acoplada à secretaria. Todavia não possui diversos espaços essenciais para o bom funcionamento de uma instituição de ensino, a citar: biblioteca, laboratório, quadra de poliesportiva, sala de recursos etc. Quanto à turma a qual se destina essa proposta, trata-se do 9º C, atendida no turno vespertino, composta por 33 alunos, com faixa etária de 14 a 15 anos de idade e, majoritariamente, formada por alunos que cursaram o 8º ano na própria escola.

Figura 01 – Escola Estadual Dr. Evandro Mendes



Fonte: Acervo da autora (2024).

Vale destacar que a escolha do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes para ser o campo de pesquisa e aplicação do produto deve ao fato de ser a instituição em que a pesquisadora trabalha com turma do Ensino Fundamental, anos finais. Uma vez optando pela estratégia metodológica da pesquisa-ação, foi possível aprimorar a prática docente por meio do exercício

do agir e da reflexão acerca do processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista o contato diário com os alunos e suas necessidades de aprendizagem, bem como com a comunidade escolar.

Por fim, a elaboração dessa pesquisa, que tem como construto teórico norteador – Letramento e Prática Político-Cidadã: Leitura da “Constituição em Miúdos I” no Ensino Fundamental – partiu da necessidade de se garantir que as aulas de leitura fossem significativas, com o objetivo de promover o letramento crítico-social com vistas à formação de agentes transformadores.

3.5 Descrição do produto

O produto foi composto por uma capa ilustrada com o título ***Cidadania em ação: da Constituição em Miúdos I à prática político-cidadã***. Após isso, foram incluídas as seguintes seções, conforme sugerido por Azevedo e Freitag (2020): a) apresentação; b) introdução; c) descrição sintética das sequências de atividades; d) apresentação das ações didáticas selecionadas; e e) a palavra final. A seguir, será apresentada uma descrição concisa das sequências de atividades, acompanhada da exposição das ações didáticas escolhidas.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DAS SEQUÊNCIAS DE ATIVIDADES
Cidadania em ação: da Constituição em Miúdos I à prática político-cidadã

Público-alvo: alunos do 9º ano C, do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes

Tempo de execução: 16h/aulas, com 50 minutos cada.

Conhecimento prévio: Gênero da linguagem “Constituição em Miúdos I”.

Objetivo geral: Promover o letramento crítico na turma do 9º ano C, do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes, por meio da leitura da “Constituição em Miúdos I”, tendo em vista a ampliação do repertório dos alunos, com a finalidade de prepará-los para o exercício efetivo da cidadania.

Quadro 01 – Descrição do Módulo Didático

ETAPA 1: APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA DISCURSIVA DA CF			
CH	Procedimentos	Recursos	Objetivos
02h/aula	-Levantamento dos conhecimentos prévios: <i>Questionar se os alunos já ouviram falar da Constituição Federal ou Constituição Cidadã</i> ; -Apresentação da obra <i>Constituição Federal</i> , apresentando a sua prática discursiva; -Exposição do vídeo “Constituição Cidadã do Brasil”; -Socialização das impressões acerca das informações contidas no vídeo; -Apresentação do livro “Constituição em Miúdos I”, expondo as suas características, os objetivos da sua leitura na escola e uma breve biografia da sua autora.	Computador; Datashow; Som multimídia; Exemplar Constituição Federal; Exemplares da “Constituição em Miúdos I”.	-Avaliar o nível de familiaridade dos alunos com a Constituição Federal do Brasil; -Introduzir os alunos ao contexto histórico e aos princípios fundamentais da Constituição Brasileira de 1988; -Estimular o debate e a troca de ideias entre os alunos; -Familiarizar os alunos com o texto constitucional brasileiro; -Apresentar o gênero “Constituição em Miúdos I” e suas características; -Suscitar momento de apreciação da Constituição Federal e da sua retextualização à “Constituição em Miúdos I”.
ETAPA 2: DA LEITURA À PRÁTICA DISCURSIVA			
CH	Procedimentos	Recursos	Objetivos
02h/aula	-Exposição de um vídeo da autora da obra “Constituição em Miúdos I”, Madu Macedo, dedicado aos alunos da turma; -Início da leitura da obra “Constituição em Miúdos I” (leitura compartilhada, iniciada pela professora);	Computador; Datashow; Som multimídia; Exemplares da “Constituição em Miúdos I”; Exemplar da Constituição Federal Lápis; Cartolinas; Canetas coloridas; Caderno.	-Apresentar a autora da obra “Constituição em Miúdos I”, bem como o seu propósito; -Promover o início do momento de leitura; -Estimular a participação ativa dos alunos; -Fomentar espaço de discussão. -Apreciar a

	-Um aluno é convidado para resumir oralmente o que foi lido; -Realização de nuvem de palavras, em um cartaz, com situações reais vivenciadas pelos alunos e/ou pessoas das suas comunidades que eles lembraram ao realizar a leitura dos trechos da Constituição Federal; -Exposição de encaminhamentos (Os alunos terão 15 dias para realizarem a leitura).		narratividade presente na obra “Constituição em Miúdos I”. -Estimular a reflexão e a conexão dos alunos com a realidade; -Promover momento de discussão e reflexão.
ETAPA 3: EXPLORANDO A “CONSTITUIÇÃO EM MIÚDOS I”			
CH	Procedimentos	Recursos	Objetivos
02h/aula	-Exibição do curta-metragem <i>Fim do recreio</i>; -Socialização das percepções acerca da relação entre o curta-metragem e a obra lida. <i>Os alunos serão divididos em duplas</i>; -Cada dupla levantará 1 problema que afeta os alunos e o seu entorno, evidenciando que a Constituição Federal está sendo negligenciada (A dupla deverá identificar no texto da “Constituição em Miúdos I” o capítulo que trata sobre a temática levantada).	Computador; Datashow; Som multimídia; Exemplar da Constituição Federal Exemplares da “Constituição em Miúdos I”; Lápis; Caderno.	-Introduzir os alunos ao conteúdo audiovisual que complementa os temas discutidos na roda de conversa. -Desenvolver a capacidade dos alunos de identificar questões sociais relevantes que são negligenciadas em termos de direitos e deveres.
ETAPA 4: CIDADANIA NEGADA/PRODUÇÃO AUTORAL			
CH	Procedimentos	Recursos	Objetivos
2h/aula	-Produção de uma História em	Exemplar da Constituição Federal Exemplares da	-Estimular a criatividade dos alunos na representação

	quadrinhos(HQ) a partir dos problemas que são fruto do negligenciamento da Constituição Federal;	“Constituição em Miúdos I”; Lápis; Caneta; Caderno; Cartolinas; Lápis de cor; Folha A4.	gráfica e textual dos problemas identificados; -Fomentar a pesquisa e a apresentação de dados e informações relevantes sobre os problemas selecionados.
--	--	---	--

ETAPA 5: DESVENDANDO O CONCEITO DE CIDADANIA

CH	Procedimentos	Recursos	Objetivos
2h/aula	-Apresentação da canção <i>Cidadão de Emicida</i> (Letra e áudio); -Socialização das percepções acerca da canção; -Apresentação, no datashow, do conceito de cidadania segundo o dicionário; -Escuta coletiva de trechos de um episódio do podcast <i>Juventude, protagonismo e transformação social</i>; -Conversação sobre a possibilidade da gravação de um podcast com convidados, a partir de desdobramentos futuros (Levantar os seguintes questionamentos: Na comunidade de vocês, há alguém que tenha participado da escrita da Constituição Federal? Se sim, que tal convidá-lo para o podcast? Na comunidade escolar, há alguém que vocês consideram uma liderança que conhece a CF e luta pelos direitos da população? Se sim,	Exemplar da Constituição Federal Exemplares da “Constituição em Miúdos I”; Computador; Datashow; Som multimídia; Internet; Lápis; Caderno.	-Sensibilizar os alunos para reflexões sobre a realidade social e política contemporânea, por meio da arte musical; -Estimular a discussão e a troca de ideias entre os alunos sobre as percepções e interpretações individuais ; -Clarificar o conceito de cidadania por meio da definição oficial; -Familiarizar os alunos com recursos multimídia que exploram direitos, deveres e participação cidadã na sociedade contemporânea; -Estimular a reflexão e o debate sobre como os jovens podem ser agentes de mudança em suas comunidades; -Fomentar a expressão criativa e a colaboração entre os alunos, promovendo a conscientização sobre questões sociais e políticas.

	que tal convidá-lo para o podcast?		
ETAPA 6: ENVOLVENDO LIDERANÇAS LOCAIS NA DISCUSSÃO			
CH	Procedimentos	Recursos	Objetivos
2h/aula	-Planejamento para a gravação do podcast; -Criação de um roteiro coletivo para o podcast (a professora será a escriba); -Definição do título do podcast; -Exposição de encaminhamentos (Preparação do ambiente, organização dos recursos e envio das HQs produzidas à convidada)	Exemplar da Constituição Federal Exemplares da “Constituição em Miúdos I”; Computador; Datashow; Caneta; Lápis; Caderno; Slides; HQs.	-Promover habilidades de gestão de tempo, colaboração e definição de objetivos; -Desenvolver a capacidade dos alunos de estruturar ideias de forma coerente e sequencial, a partir da elaboração de um roteiro; Promover a responsabilidade e a organização na execução de tarefas práticas relacionadas à produção e à divulgação do podcast.
ETAPA 7: UTILIZANDO O PODCAST PARA LEVAR INFORMAÇÃO À COMUNIDADE			
CH	Procedimentos	Recursos	Objetivos
2h/aula	-Gravação do Podcast com a presença de uma convidada.	Computador; Internet; Celular; Aplicativos/Plataformas; Microfones; Fones; HQs; Exemplar da Constituição Federal; Exemplares “Constituição em Miúdos I”.	-Promover o diálogo e a interação com a especialista; -Proporcionar aos alunos uma visão mais ampla e detalhada das questões locais e globais; -Estimular o pensamento crítico e a analítico; -Fomentar a consciência cidadã.
ETAPA 8: DIVULGAÇÃO DO PRODUTO			
CH	Procedimentos	Recursos	Objetivos

2h/aula	-Divulgação do podcast nos canais oficiais de comunicação da escola (Página do instagram da escola e grupos de WhatsApp das turmas e dos pais); Obs: A divulgação levará a comunidade a conhecer o trabalho dos alunos, ampliando o alcance do letramento crítico em relação aos direitos e deveres dos cidadãos. -Encerramento da Sequência Didática: <i>Socialização dos aprendizados e da importância do trabalho desenvolvido durante as etapas, bem como dos benefícios obtidos ao longo do processo, via questionário de escuta;</i>	Exemplar da Constituição Federal; Exemplares “Constituição em Miúdos I”; Computador; Datashow; Internet; Celular; Cartazes; Aplicativos; HQs.	-Ampliar o alcance do letramento crítico na comunidade; -Proporcionar aos alunos a oportunidade de compartilhar e refletir sobre os aprendizados adquiridos ao longo das etapas da sequência didática; -Apresentar as HQs produzidas ; -Preservar e compartilhar o trabalho dos alunos de forma que possa ser utilizado como recurso educacional no futuro.
---------	---	--	---

Fonte: Elaboração própria (2024).

APRESENTAÇÃO DAS AÇÕES DIDÁTICAS SELECIONADAS

Cidadania em ação: do Constituição em Miúdos I à prática político-cidadã

Público-alvo: alunos do 9º ano C, do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes.

Tempo de execução: 16h/aulas, com 50 minutos cada.

Conhecimento prévio: Gênero da linguagem “Constituição em Miúdos I”.

Objetivo geral: Promover o letramento crítico-social na turma do 9º ano C, do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes, por meio da leitura da “Constituição em Miúdos I”, tendo em vista a ampliação do repertório dos alunos, com a finalidade de prepará-los para o exercício efetivo da cidadania.

Objetivos específicos:

- Avaliar o nível de familiaridade dos alunos com a Constituição Federal do Brasil;
- Introduzir os alunos ao contexto histórico e aos princípios fundamentais da Constituição Brasileira de 1988;

- Estimular o debate e a troca de ideias entre os alunos;
- Familiarizar os alunos com o texto constitucional brasileiro;
- Apresentar o gênero “Constituição em Miúdos I” e suas características;
- Suscitar momento de apreciação da Constituição Federal e da sua retextualização a “Constituição em Miúdos I”;
- Promover uma reflexão crítica entre os alunos sobre qual das duas obras (Constituição Federal ou “Constituição em Miúdos I”) oferece uma melhor compreensão e acessibilidade ao entendimento dos direitos e deveres constitucionais;
- Apresentar a figura e o propósito da autora da obra “Constituição em Miúdos I”;
- Promover o início do momento deleite de leitura;
- Estimular a participação ativa dos alunos;
- Fomentar espaço de discussão.
- Apreciar a narratividade presente na obra “Constituição em Miúdos I”;
- Desenvolver a capacidade dos alunos de identificar e compreender os conceitos fundamentais abordados nos trechos da Constituição Federal que foram lidos;
- Estimular a reflexão e a conexão dos alunos com a realidade;
- Promover momento de discussão e reflexão;
- Facilitar a compreensão da obra discutida, através de uma troca de ideias entre os alunos;
- Estimular o desenvolvimento das habilidades de síntese e identificação da mensagem central ou o tema principal da obra;
- Introduzir os alunos ao conteúdo audiovisual que complementa os temas discutidos na roda de conversa;
- Desenvolver a capacidade dos alunos de identificar questões sociais relevantes que são negligenciadas em termos de direitos e deveres;
- Estimular a criatividade dos alunos na representação gráfica e textual dos problemas identificados;
- Fomentar a pesquisa e a apresentação de dados e informações relevantes sobre os problemas selecionados;
- Sensibilizar os alunos para reflexões sobre a realidade social e política contemporânea, por meio da arte musical;
- Estimular a discussão e a troca de ideias entre os alunos sobre as percepções e interpretações individuais;

- Clarificar o conceito de cidadania por meio da definição oficial;
- Familiarizar os alunos com recursos multimídia que exploram direitos, deveres e participação cidadã na sociedade contemporânea;
- Estimular a reflexão e o debate sobre como os jovens podem ser agentes de mudança em suas comunidades;
- Fomentar a expressão criativa e a colaboração entre os alunos, promovendo a conscientização sobre questões sociais e políticas;
- Estimular a criatividade dos alunos por meio da produção de HQ;
- Promover a revisão crítica do trabalho realizado pela dupla;
- Permitir que a dupla revise e implemente as melhorias na produção textual, garantindo que a HQ final reflita de maneira eficaz a mensagem sobre a importância do conhecimento da Constituição Federal e o papel da juventude na transformação social;
- Apresentar a HQ produzida;
- Promover habilidades de gestão de tempo, colaboração e definição de objetivos;
- Desenvolver a capacidade dos alunos de estruturar ideias de forma coerente e sequencial, a partir da elaboração de um roteiro;
- Promover a responsabilidade e a organização na execução de tarefas práticas relacionadas à produção e à divulgação do podcast;
- Promover o diálogo e a interação com especialistas;
- Proporcionar aos alunos uma visão mais ampla e detalhada das questões locais e globais;
- Estimular o pensamento crítico e a análise;
- Fomentar a consciência político-cidadã;
- Ampliar o alcance do letramento crítico na comunidade;
- Proporcionar aos alunos a oportunidade de compartilhar e refletir sobre os aprendizados adquiridos ao longo das etapas do módulo didático;
- Preservar e compartilhar o trabalho dos alunos de forma que possa ser utilizado como recurso educacional no futuro.

3.6 Preparação para o encontro

PREPARAÇÃO PARA O ENCONTRO

Etapa 1

- Organizar a sala de aula de modo que as cadeiras fiquem dispostas em círculo; Preparar uma mesa para dispor os exemplares da “Constituição em Miúdos I” e o exemplar da Constituição Federal;
- Levar para a sala de aula o computador, o datashow e uma caixa de som, para serem usados como suporte na apresentação do vídeo;
- Levar para a turma o exemplar da Constituição Federal, bem como os exemplares da “Constituição em Miúdos I”.

ETAPA 1: APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA DISCURSIVA DA CF

Carga horária: 02h/aula

- O professor iniciará a discussão, provocando os alunos para que seja possível levantar os conhecimentos prévios acerca da Constituição Federal. Nesse momento, os alunos começam a refletir sobre o termo “Constituição Federal” e juntos começam as especulações e/ou definições;
- O professor fará a exposição da Constituição Federal, apresentando a sua prática discursiva e, em seguida, distribuirá os exemplares da releitura “Constituição em Miúdos I”;
- Exibir o vídeo *Constituição Cidadã do Brasil* e, em seguida, o professor levantará alguns questionamentos e dará início à socialização das impressões dos alunos acerca das informações contidas no respectivo vídeo. O professor deverá retomar oralmente as passagens mais marcantes do vídeo, buscando estimular a continuidade da discussão;
- Mostrar o livro “Constituição em Miúdos I”, expondo as suas características, os objetivos da sua leitura na escola e uma breve biografia da sua autora.
- Explorar as especificidades da “Constituição em Miúdos I” com base na releitura, a fim de que os alunos consigam compreender suas principais características.

PREPARAÇÃO PARA O ENCONTRO

Etapa 2

- Levar para a sala de aula o computador, o datashow e uma caixa de som, para serem usados como suporte na apresentação do vídeo;
- Levar para a turma o exemplar da Constituição Federal, bem como os exemplares da “Constituição em Miúdos I”;
- Providenciar cartolinas e canetas coloridas.

ETAPA 2: DA LEITURA À PRÁTICA DISCURSIVA

Carga horária: 02h/aula – 1º momento da etapa

- O professor anunciará a exposição de um vídeo enviado por uma pessoa bastante especial, Madu Macedo, autora “Constituição em Miúdos I”;
- Apresentar o vídeo enviado por Madu Macedo;
- Abrir espaço de conversação para que os alunos socializem as impressões acerca do vídeo;
- O professor distribuirá as cópias da “Constituição em Miúdos I”, para que seja realizada a leitura;
- Nesse momento, será realizada uma leitura compartilhada, destacando as partes mais importantes do trecho lido. Vale pedir aos alunos que identifiquem e enfatizem as informações mais importantes;
- Um aluno será convidado para resumir oralmente o que foi lido. O professor fará o convite para que alguém se manifeste, caso não haja aceite, espontaneamente, um estudante será indicado;
- Realizar esclarecimentos acerca de dúvidas que possam surgir;
- Produzir nuvem de palavras, em um cartaz, com situações reais vivenciadas pelos alunos e/ou pessoas das suas comunidades que eles lembraram ao realizar a leitura dos trechos da Constituição Federal;
- Realizar exposição de encaminhamentos (Os alunos terão 15 dias para realizarem a leitura).

PREPARAÇÃO PARA O ENCONTRO

Etapa 3

- Organizar a sala de aula de modo que as cadeiras fiquem dispostas em círculo;
- Preparar uma mesa para dispor os exemplares da “Constituição em Miúdos I” ;
- Levar para a sala de aula o computador, o datashow e uma caixa de som, para serem usados como suporte na apresentação do vídeo.

ETAPA 3: EXPLORANDO A “CONSTITUIÇÃO EM MIÚDOS I”

Carga horária: 02h/aula

- Exibir o curta-metragem *Fim do recreio*;
- Realizar conversação acerca do curta-metragem;
- Os alunos irão avaliar se há semelhanças entre o curta-metragem apresentado e a obra “Constituição em Miúdos I”;
- *Dividir os alunos em duplas*: cada dupla levantará 1 problema que afeta os alunos e o seu entorno, evidenciando que a Constituição Federal está sendo negligenciada (A dupla deverá identificar no texto da “Constituição em Miúdos I” o capítulo que trata sobre a temática levantada).

PREPARAÇÃO PARA O ENCONTRO

Etapa 4

- Organizar a sala de aula de modo que as cadeiras fiquem dispostas em pares;
- Distribuir os exemplares da “Constituição em Miúdos I”;
- Entregar lápis de cor, folha A4 e cartolinas.

ETAPA 4: CIDADANIA NEGADA/PRODUÇÃO AUTORAL

Carga horária: 02h/aula

- O professor deve orientar os alunos para que produzam HQs, a partir dos problemas que são fruto do negligenciamento da Constituição Federal.

PREPARAÇÃO PARA O ENCONTRO

Etapa 5

- Organizar a sala de aula de modo que as cadeiras fiquem dispostas em círculo;
- Providenciar vídeo da canção *Cidadão* de Emicida, bem como o conceito de cidadania segundo o dicionário (colocar em powerpoint);
- Levar para a sala de aula o computador, o datashow e uma caixa de som, para serem usados como suporte na apresentação da canção *Cidadão* de Emicida e do conceito de cidadania segundo o dicionário.

ETAPA 5: DESVENDANDO O CONCEITO DE CIDADANIA

Carga horária: 02h/aula

- Exposição da canção *Cidadão* de Emicida (Letra e áudio);
- Abrir espaço para que os alunos conversem sobre as suas percepções acerca da canção;
- Questionar se já conheciam a canção e/ou o artista;
- Apresentar, no datashow, o conceito de cidadania segundo o dicionário;
- Estimular discussão sobre o conceito apresentado;
- Viabilizar a escuta coletiva de trechos de um episódio do podcast *Juventude, protagonismo e transformação social*;
- Iniciar conversa sobre a possibilidade de gravação de um podcast com convidados, a partir de desdobramentos futuros (Levantar os seguintes questionamentos: Na comunidade de vocês, há alguém que tenha participado da escrita da Constituição Federal? Se sim, que tal convidá-lo para o podcast? Na comunidade escolar, há alguém que vocês consideram uma liderança que conhece a CF e luta pelos direitos da população? Se sim, que tal convidá-lo para o podcast?)

PREPARAÇÃO PARA O ENCONTRO

Etapa 6

- Organizar a sala de aula de modo que as cadeiras fiquem dispostas em círculo;
- Levar para a sala de aula o computador, o datashow e uma caixa de som, para serem usados no momento de produção coletiva do roteiro para a gravação do podcast. Vale mencionar que a professora será a escriba.

ETAPA 6: ENVOLVENDO LIDERANÇAS LOCAIS NA DISCUSSÃO

Carga horária: 02h/aula

- Iniciar o planejamento para a gravação do podcast;
- Criar um roteiro coletivo para a gravação do podcast (a professora será a escriba);
- Definir coletivamente o título do podcast;
- Realizar exposição de encaminhamentos (Preparação do ambiente, organização dos recursos e envio das HQs produzidas aos convidados).

PREPARAÇÃO PARA O ENCONTRO

Etapa 7

- Preparar a sala onde será gravado o podcast: organizar computador, datashow, caixa de som, fones e microfones. Dispor sobre uma mesa as HQs produzidas pelos alunos, exemplares da “Constituição em Miúdos I” e um exemplar da Constituição Federal;
- Definir os alunos que irão recepcionar a convidada e levá-la até a sala onde acontecerá a gravação.

ETAPA 7: UTILIZANDO O PODCAST PARA LEVAR INFORMAÇÃO À COMUNIDADE

Carga horária: 02h/aula

- Iniciar a gravação do podcast com a presença de um convidado.

PREPARAÇÃO PARA O ENCONTRO**Etapa 8**

- Conversar com a equipe gestora sobre a necessidade de divulgar as produções nos canais oficiais de comunicação da escola, verificando o profissional que gerencia os referidos canais;
- Elaborar questionário de escuta para os alunos;
- Organizar a sala de aula para que seja possível realizar a socialização dos aprendizados.

ETAPA 8: DIVULGAÇÃO DO PRODUTO**Carga horária: 02h/aula**

- Divulgar o podcast nos canais oficiais de comunicação da escola (Página do instagram da escola e grupos de WhatsApp das turmas e dos pais)
Obs: A divulgação levará a comunidade a conhecer o trabalho dos alunos, ampliando o alcance do letramento crítico em relação aos direitos e deveres dos cidadãos;
- Encerramento do Módulo Didático: *Socializar os aprendizados e enfatizar a importância do trabalho desenvolvido durante as etapas, bem como compartilhar os benefícios obtidos ao longo do processo, por meio de questionário de escuta.*

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo dedica-se ao processo de aplicação do Módulo Didático *Cidadania em ação: da Constituição em Miúdos I à prática político-cidadã*, bem como à análise dos resultados gerados, destacando o protagonismo dos estudantes a partir do letramento crítico e das práticas político-cidadãs desenvolvidas. Vale mencionar que as informações tratadas foram obtidas por meio das ações deste MD, que foi desenvolvido na turma do 9º ano C, do turno vespertino, do Ensino Fundamental, anos finais, do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes, localizada no município de Lagarto-SE.

O objetivo geral deste Módulo Didático é promover o letramento crítico, por meio da leitura da “Constituição em Miúdos I”, tendo em vista a ampliação do repertório dos alunos, com a finalidade de prepará-los para o exercício efetivo da cidadania.

Para que se tenha uma visão mais detalhada da referida sequência, a seguir está disposto um quadro que apresenta cada etapa, descrição das atividades e sua respectiva carga horária (CH).

Quadro 02 – Etapas, atividades e carga horária (CH) do Módulo Didático

Nº	ETAPAS	ATIVIDADES	CH
01	APRESENTAÇÃO DA PRÁTICA DISCURSIVA DA CF	▪ Levantamento dos conhecimentos prévios; ▪ Apresentação da obra <i>Constituição Federal</i>; ▪ Exibição do vídeo “Constituição Cidadã do Brasil”; ▪ Apresentação do livro “Constituição em Miúdos I”.	02
02	DA LEITURA À PRÁTICA DISCURSIVA	▪ Exposição de um vídeo da autora da obra “Constituição em Miúdos I”, Madu Macedo; ▪ Leitura da obra “Constituição em Miúdos I”; ▪ Resumo oral do que foi lido; ▪ Realização de nuvem de palavras, em um cartaz.	02
03	EXPLORANDO A CONSTITUIÇÃO EM MIÚDOS I	▪ Exibição do curta-metragem <i>Fim do recreio</i>; ▪ Levantamento de 1 problema que afeta os alunos e o seu entorno, identificando no texto da “Constituição em Miúdos I” o capítulo que trata sobre a temática levantada.	02

04	CIDADANIA NEGADA/PRODUÇÃO AUTORAL	▪ Produção de HQs a partir dos problemas que são fruto do negligenciamento da Constituição Federal;	02
05	DESVENDANDO O CONCEITO DE CIDADANIA	▪ Apresentação da canção <i>Cidadão</i> de Emicida; ▪ Apresentação do conceito de cidadania segundo o dicionário; ▪ Escuta coletiva de trechos de um episódio do podcast <i>Juventude, protagonismo e transformação social</i>; ▪ Conversação sobre a possibilidade da gravação de um podcast com convidados.	02
06	ENVOLVENDO LIDERANÇAS LOCAIS NA DISCUSSÃO	▪ Criação de um roteiro coletivo para o podcast; ▪ Definição coletiva do título do podcast.	02
07	UTILIZANDO O PODCAST PARA LEVAR INFORMAÇÃO À COMUNIDADE	▪ Gravação do Podcast com a presença de uma convidada.	02
08	DIVULGAÇÃO DO PRODUTO	▪ Divulgação do podcast nos canais oficiais de comunicação da escola; ▪ Encerramento do Módulo Didático: ▪ Socialização dos aprendizados e da importância do trabalho desenvolvido, bem como dos benefícios obtidos ao longo do processo, via questionário de escuta.	02

Fonte: Elaboração própria (2024).

4.1 O Módulo Didático em foco: da teoria à prática

Este trabalho tem como objetivo promover o letramento crítico dos alunos, articulando práticas político-cidadãs com a leitura e releitura de textos legais. A proposta centra-se na análise e retextualização da Constituição Federal, utilizando como recurso pedagógico a obra “Constituição em Miúdos I”, de autoria de Madu Macedo. Essa abordagem busca tornar os conteúdos da Carta Magna mais acessíveis e significativos para os estudantes, incentivando reflexões críticas sobre direitos e deveres fundamentais, bem como a construção de uma consciência cidadã ativa e engajada.

A aplicação do Módulo Didático, intitulado *Cidadania em ação: da Constituição*

em *Miúdos I à prática político-cidadã*, foi desenvolvida no período entre os dias 05 de novembro a 04 de dezembro de 2024, nos dias de terça-feira, quarta-feira e sexta-feira, nos horários destinados às aulas de Língua Portuguesa da turma do 9º ano C. Tratou-se de um processo de 8 etapas, totalizando uma carga horária de 16h.

4.1.1 Etapa 1 – Apresentação da prática discursiva da Constituição Federal

Nesta etapa inicial, desenvolvida no dia 05 de novembro, com duração de 02 horas aulas, iniciei a discussão, provocando os alunos para que fosse possível levantar os seus conhecimentos prévios acerca da Constituição Federal, visto que é imprescindível reconhecer o cabedal de conhecimento que os nossos alunos possuem. Nesse momento, eles começaram a refletir sobre o termo “Constituição Federal” e juntos iniciaram as especulações e/ou definições. Foi um momento bastante valioso e produtivo, pois os adolescentes demonstraram satisfação em, juntos, construírem definições para um conceito que eles ainda não haviam tido a oportunidade de experimentar na escola.

[...] uma escola democrática é, sobretudo, uma instituição que facilita em níveis acessíveis a participação do aluno, esperando que adquira a autonomia e a responsabilidade que permitem incrementar paulatinamente a amplitude de sua participação na comunidade (Puig, 2000, p. 28).

Na sequência, foi exibido o vídeo *Constituição Cidadã do Brasil* e, a partir do referido conteúdo, a professora levantou alguns questionamentos e deu início à socialização das impressões dos alunos acerca das informações contidas no respectivo material. A professora retomou oralmente as passagens mais marcantes do vídeo, buscando estimular a continuidade da discussão que mostrou-se bastante produtiva.

Vale salientar que a disposição das carteiras em círculo favorece a interação entre os alunos, estimulando o diálogo e a troca de ideias, o que é fundamental para uma aprendizagem colaborativa e participativa. Contudo, em algumas situações específicas, não foi possível adotá-la devido à limitação de espaço na escola que estava em processo de reforma. Entende-se que a configuração do ambiente pedagógico deve sempre ser adaptada às condições reais da instituição, sem comprometer o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Figura 02 – Momento de exposição do vídeo *Constituição Cidadã do Brasil*



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Uma vez já imbuídos de curiosidades acerca da Constituição Federal, a professora fez a exposição da Constituição Federal e, em seguida, distribuiu os exemplares da retextualização “Constituição em Miúdos I”.

Figura 03 – Momento de exposição da Constituição Federal e da “Constituição em Miúdos I”



Fonte: Arquivo da autora (2024).

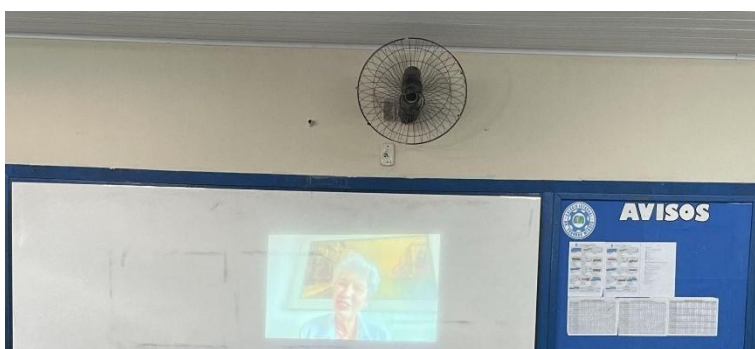
Após oferecer um espaço de tempo para os alunos folhearem o material, a professora explorou as especificidades da obra “Constituição em Miúdos I”, a fim de que os alunos

consequissem compreender suas principais características e os objetivos da sua leitura na escola. Além disso, foi apresentada uma breve biografia da autora Madu Macedo.

4.1.2 Etapa 2 – Da leitura à prática discursiva

Nesta segunda etapa, desenvolvida no dia 06 de novembro, com duração de 02 horas aulas, foi feita a exposição do vídeo gravado pela autora da obra “Constituição em Miúdos I”, Madu Macedo, e dedicado aos alunos da turma do 9º ano C. Vale mencionar que tratou-se de um momento bastante emocionante, pois pela primeira vez eles estavam conhecendo uma autora viva, enviando uma mensagem exclusiva para eles. No vídeo, Madu Macedo confessa que decidiu escrever o material após perceber o desconhecimento da população e de alguns parlamentares acerca da importância do conhecimento das leis, tendo em vista a participação dos cidadãos na vida em sociedade, a partir da democracia participativa. A autora salientou que compreendeu que as pessoas ignoravam o conhecimento das leis, porque nunca lhes fora ensinado. Ela também socializou o seu grande sonho que é ver todos estudantes do país tendo acesso ao conhecimento das principais leis, para que possam participar das decisões políticas e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Figura 04 – Momento de exposição do vídeo da autora Madu Macedo



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Logo após toda emoção e alegria, abriu-se espaço para conversação em que os alunos socializaram as impressões acerca do vídeo. Em seguida, a professora distribuiu as cópias da “Constituição em Miúdos I”, para que fosse realizada a leitura da obra. Optou-se pela leitura compartilhada, iniciada pela professora, destacando as partes mais importantes do trecho lido. Desse modo, foi solicitado aos alunos que identificassem e enfatizassem as informações mais importantes. Vale destacar que leitura compartilhada na sala de aula é essencial, porque

promove a construção conjunta de sentidos, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades de interpretação e pensamento crítico em um ambiente colaborativo. Além disso, essa prática fortalece o engajamento dos estudantes, criando um espaço inclusivo onde diferentes perspectivas são valorizadas. Em consonância com Lerner (2002, p. 73), ler é ter a oportunidade de mergulhar em outros mundos, é compreender a realidade e exercitar a cidadania no universo do conjunto de práticas, saberes e interações mediadas pela escrita.

Figura 05 – Momento de leitura compartilhada



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Na sequência, um aluno foi convidado para resumir oralmente o que foi lido, como uma estratégia para aprofundar os conhecimentos adquiridos. A princípio, a professora fez o convite para que alguém se manifestasse, porém como não houve aceite, espontaneamente, um estudante foi indicado. Ademais, foram realizados esclarecimentos acerca de dúvidas que surgiram, o que consideramos muito produtivo, já que evidenciou que a leitura estava fazendo sentido para os alunos.

Para dar seguimento a esta etapa, a professora propôs que os alunos realizassem uma nuvem de palavras, em um cartaz, com situações reais vivenciadas pelos alunos e/ou pessoas das suas comunidades que eles lembraram ao realizar a leitura dos trechos da Constituição Federal. Por fim, foram expostos os encaminhamentos, salientando que eles teriam 15 dias para realizarem a leitura completa da “Constituição em Miúdos I”.

4.1.3 Etapa 3 – Explorando a “Constituição em Miúdos I”

Esta etapa foi aplicada no dia 22 de novembro, com duração de 02 horas aulas, após os 15 dias disponibilizados para a leitura da obra. Foi dado início às atividades propondo uma reflexão sobre a experiência de leitura da obra, logo após ter partido para a exibição do curta-metragem *Fim do Recreio*. Na sequência, realizou-se um momento de conversação acerca do

curta-metragem em que os alunos avaliaram as semelhanças entre o curta-metragem apresentado e a obra “Constituição em Miúdos I”.

Figura 06 – Curta-metragem “Fim do Recreio”



Fonte: Arquivo da autora (2024).

A partir das discussões, os alunos foram divididos em duplas: cada dupla levantou um problema que os afetava e o seu entorno, evidenciando que a Constituição Federal estava sendo negligenciada. As respectivas duplas identificaram no texto da “Constituição em Miúdos I” o capítulo que tratava sobre a temática levantada. Convém ressaltar que foi um momento grandioso, pois os estudantes se colocaram ativamente no processo, trazendo à tona suas realidades e colocando-as em pauta. Foi especialmente importante observar como aquele conteúdo fez sentido para suas vidas, enquanto promoveu reflexões profundas sobre suas experiências e dores sociais. Esse engajamento demonstrou a relevância da temática abordada, bem como a capacidade dos alunos de relacionar os princípios constitucionais às suas vivências, ampliando sua consciência cidadã e crítica.

Figura 07 – Momento em que cada dupla levantou um problema que afetava os alunos e o seu entorno



Fonte: Arquivo da autora (2024).

4.1.4 Etapa 4 – Cidadania negada/Produção autoral

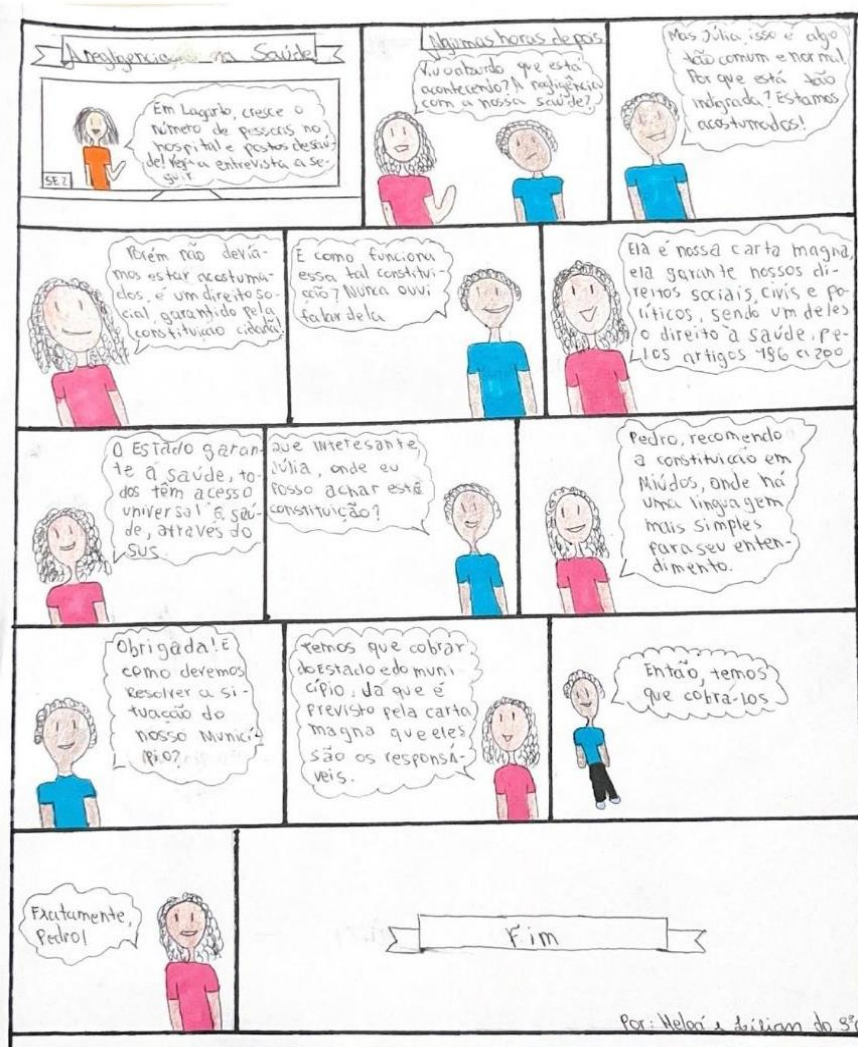
A 4ª etapa foi aplicada no dia 26 de novembro, com duração de 02 horas aulas. Tratou-se de um momento de revelação para a turma e para toda a escola, pois até mesmo aqueles alunos que desacreditavam do seu potencial conseguiram produzir com excelência. Esse momento foi emocionante, principalmente ao ver jovens que temiam a produção textual produzirem com entusiasmo, coerência, senso crítico e talento. Inicialmente, os alunos foram orientados a produzirem HQs, a partir dos problemas oriundos do negligenciamento da Constituição Federal. Nesse processo de criação, dois alunos, LS e MD disseram que não iriam participar da atividade, porque se sentiam incapazes. A partir da referida afirmação, foi necessário ouvir os respectivos alunos, não com a intenção de saber sobre por que eles não queriam escrever, mas acolhê-los e deixar claro que aquele espaço da aula de português era seguro o suficiente para eles falarem e criarem da maneira que estivesse ao alcance deles. Dessa maneira, a conversa foi ficando mais conectada e os alunos se sentiram à vontade para socializar as suas experiências acerca da proposta da aula e iniciaram a produção. Ao final da aula, 100% da turma havia produzido a HQ.

Figura 08 – Momento de produção das HQs



Fonte: Arquivo da autora (2024)

Figura 09 – HQ Produzida



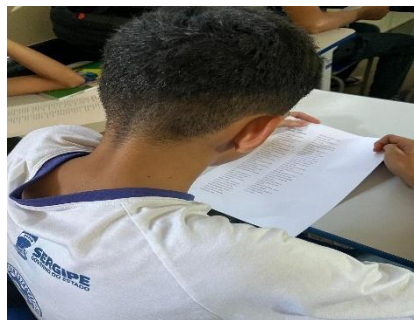
Fonte: Arquivo da autora (2024).

Figura 10 – HQ Produzida

Fonte: Arquivo da autora (2024).

4.1.5 Etapa 5 – Desvendando o conceito de cidadania

Esta etapa foi desenvolvida no dia 27 de novembro, com duração de 02 horas aulas. Para introduzir a proposta, foram distribuídas cópias da canção *Cidadão* de Emicida que, na sequência, foi exibida (letra e áudio). Desse modo, após a audição, prosseguiu-se possibilitando espaço para que os alunos conversassem sobre as suas percepções acerca da canção. Foi muito satisfatório perceber que os adolescentes gostaram da letra e do gênero rap, o que pôde ser constatado ao questioná-los sobre seu conhecimento prévio da canção e/ou do artista. Dando seguimento, foi apresentado, por meio do datashow, o conceito de cidadania segundo o dicionário e iniciamos uma conversa sobre o conceito apresentado.

Figura 11 – Audição da canção *Cidadão* de Emicida (aluno acompanhando com a letra)

Fonte: Arquivo da autora (2024).

Para ampliar, ainda mais, o repertório dos alunos, foi realizada a escuta coletiva de trechos de um episódio do podcast *Juventude, protagonismo e transformação social*. Neste momento, observou-se que os alunos ficaram bastante interessados na discussão.

Figura 12 – Podcast *Juventude, protagonismo e transformação social*



Fonte: Acervo da autora (2024). Disponível em: <https://soundcloud.com/porvir/podcast-juventude-protagonismo-e-transformacao-social>. Acesso em 09 fev. 2025.

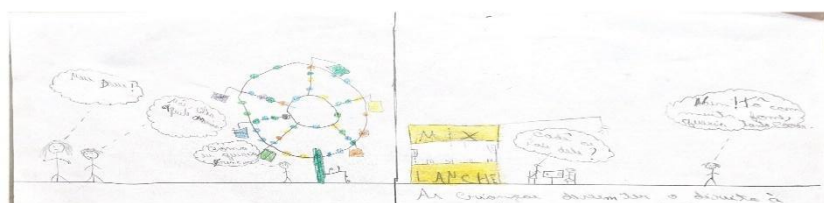
Uma vez envolvidos com a proposta do podcast, foi iniciada uma conversa sobre a possibilidade de gravação de um episódio com convidados, a partir de um problema que foi tema de alguma das HQs produzidas por eles, a intenção foi colocar aqueles jovens para problematizar, com mais profundidade, as dores sociais do seu território e, talvez, do país. Para a professora, este momento foi o mais emocionante de todo o Módulo Didático, uma vez que, para definir a temática do referido episódio, a turma precisou eleger a HQ que tratasse sobre o assunto que eles consideravam mais doloroso e urgente. Nessa perspectiva, as produções foram novamente socializadas e cada aluno teve a oportunidade de apreciá-las com mais cuidado. Ao final, a turma definiu que a HQ seria aquela construída pelos alunos LS e MD, que disseram na etapa destinada à produção que não iriam participar da atividade, porque se sentiam incapazes.

Figura 13 – A dupla de alunos LS e MD



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Figura 14 – HQ produzida pela dupla de alunos LS e MD



Fonte: Arquivo da autora (2024).

Após a seleção da HQ, as duplas foram aplaudidas e a professora expressou sua felicidade em ver os colegas reconhecerem o potencial dos dois alunos. Dando prosseguimento, a professora aproveitou e propôs os seguintes questionamentos: Na comunidade de vocês, há alguém que tenha participado da escrita da Constituição Federal? Se sim, que tal convidá-lo para o podcast? Na comunidade escolar, há alguém que vocês consideram uma liderança que conhece a CF e luta pelos direitos da população? Se sim, que tal convidá-lo para o podcast?

Os alunos ficaram muito empolgados, disseram que seria inédito a gravação de um podcast na escola e começaram a nomear alguns possíveis convidados, inclusive uma professora da própria escola. Contudo, a aula chegou ao final e foi necessário deixar as discussões para a aula seguinte.

4.1.6 Etapa 6 – Envolvendo lideranças locais nas discussões

A 6ª etapa foi desenvolvida no dia 29 de novembro, com duração de 02 horas aulas. Assim que a professora chegou à sala, os estudantes já haviam definido a convidada e as alunas apresentadoras do episódio: a professora de geografia, Elisângela, foi a convidada e as alunas VS e MO as apresentadoras. Ao ouvir a informação, os alunos foram questionados se todos estavam de acordo e, em coro, responderam “Sim!”. Dessa forma, partiram para o planejamento da gravação do podcast, começando pela produção de um roteiro coletivo, sendo a professora a escriba, e a definição do título do podcast, que ficou definido como: “Nosso Território, Nossa Voz”. Por fim, a professora fez a exposição de alguns encaminhamentos a saber: preparação do ambiente para a gravação, organização dos recursos e envio das HQs produzidas à convidada (todas as HQs foram encaminhadas para que ela tivesse um panorama das produções da turma, embora tenha sido informado que o tema do episódio seria a partir da HQ produzida pela dupla LS e MD).

4.1.7 Etapa 7 – Utilizando o podcast para levar informação à comunidade

Nesta etapa inicial, desenvolvida no dia 03/12 de novembro, com duração de 02 horas aulas, foi realizada a gravação do podcast com a presença da professora convidada. Na etapa anterior, professora e alunos haviam definido que a gravação seria em uma sala específica, distante das salas de aula, no entanto, a escola estava passando por um processo de reforma e a referida sala não estava em condição de recebê-los. A princípio, foi um choque para todos, os alunos, inclusive, ficaram contrariados. Todavia foi necessário acalmá-los e, ao final, decidiram que a gravação seria na própria sala de aula. Desse modo, empreenderam esforços e, com a força do trabalho colaborativo, a gravação aconteceu com sucesso. Ao final da aula, a professora convidada fez um agradecimento e deixou clara a sua emoção em estar participando de um episódio de podcast produzido por estudantes que estavam preocupados com o bem-estar dos cidadãos do seu território. Ao ouvir a professora, a aula foi encerrada com a turma inteira emocionada.

4.1.8 Etapa 8 – Divulgação do produto

A aplicação da SD foi finalizada no dia 04 de dezembro, com 02 horas aulas. Infelizmente, ainda não foi possível hospedar o episódio do podcast “Nosso território, nossa voz” em uma plataforma de streaming, mas foi apresentado para a turma, ainda em formato de áudio caseiro, e a equipe gestora já divulgou no grupo de WhatsApp das turmas e dos pais. Vale destacar que a gestora também fez divulgações da aplicação do Módulo Didático nos canais oficiais de comunicação da escola, isso levará a comunidade a conhecer o trabalho dos alunos, ampliando o alcance do letramento crítico em relação aos direitos e deveres dos cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com textos legais e/ou com a retextualização destes, no Ensino Fundamental, reveste-se de grande importância no contexto educacional contemporâneo, especialmente no que tange à formação de cidadãos críticos e atuantes. Ao explorar um gênero da linguagem, que estrutura a sociedade por meio de normas, direitos e deveres, é possível promover uma aproximação significativa entre os estudantes e os princípios que regem uma convivência democrática. Dessa forma, ao incluir esses gêneros no currículo escolar, conforme está previsto na Base Nacional Comum Curricular, cria-se um ambiente propício para que os estudantes compreendam seu papel como agentes de transformação em seus territórios, fomentando a reflexão sobre as relações de poder, justiça e igualdade.

Sendo assim, o trabalho com a “Constituição em Miúdos I”, pautada na abordagem metodológica da pesquisa-ação, transcende a simples leitura de uma lei, instigando os alunos a questionar, interpretar e considerar as implicações sociais que a referida obra carrega. Nessa perspectiva, a leitura em sala de aula é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento do letramento crítico-social, possibilitando aos estudantes analisar, interpretar e questionar os textos e discursos que os cercam. Com isso, a inclusão de recursos multimodais neste trabalho tem em vista a potencialização do aprendizado ao estabelecer conexões entre o conteúdo curricular e as vivências cotidianas da contemporaneidade. Essa prática confere dinamismo à leitura e promove sua ressignificação, tornando-a mais próxima das realidades dos alunos, visto que o ensino da leitura assume um papel transformador, favorecendo a construção de uma consciência crítica e cidadã, indispensável para a formação de sujeitos.

Com a valiosa contribuição da obra “Constituição em Miúdos I” (2015), da autora mineira Madu Macedo, foi desenvolvido o Módulo Didático intitulado *Cidadania em Ação: da Constituição em Miúdos I à Prática Política-Cidadã*, composta por 16 horas-aula. Essa sequência foi aplicada em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Dr. Evandro Mendes, localizada em Lagarto-SE. A proposta buscou promover uma abordagem acessível e contextualizada dos direitos e deveres constitucionais, aproximando os estudantes do entendimento crítico e da aplicação prática dos conceitos legais no cotidiano, incentivando a reflexão sobre o papel do cidadão na sociedade e sua participação política.

O Módulo Didático em questão foi composto por oito etapas que visaram proporcionar uma compreensão do gênero da linguagem “Constituição em Miúdos I”. O desenvolvimento do trabalho foi estruturado de forma a incentivar os alunos a ler e explorar a referida obra, propiciando um entendimento acessível e crítico dos princípios constitucionais. Por essa razão,

as atividades contempladas incentivaram a socialização das leituras e das produções realizadas e o desenvolvimento do senso crítico dos alunos. Ao longo do processo de desenvolvimento da sequência, buscou-se desvendar o conceito de cidadania, envolver lideranças locais e divulgar, por meio das redes sociais da escola, as produções dos alunos, incentivando a reflexão coletiva sobre os temas abordados.

Por fim, espera-se que a pesquisa apresentada contribua de maneira significativa para a prática docente, permitindo que cada professor, ao entrar em contato com o trabalho, faça os ajustes necessários para atender às necessidades específicas de seu público. É extremamente gratificante compartilhar esse material com os pares e espera-se que ele seja bem acolhido. O desejo é que essa proposta didático-pedagógica chegue a mais escolas e alcance o maior número possível de jovens.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. de M.; ROZA, E. S.; DAMACENO, T. M. dos S. S. **Gêneros da Linguagem: Intersemioses e Práticas de Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Pá de Palavra, 2022.
- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- AZEVEDO, I. C. M. de; FREITAG, R. M. Ko. **Registros de práticas pedagógicas: o potencial do caderno pedagógico e do módulo didático**. 1. ed. Campinas: SP: Pontes Editores, 2020.
- MILLER, C. R. Estudos sobre gênero textual: agência e tecnologia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL, Senado Federal. **Constituição em Miúdos I**. In: MACEDO, M. **Constituição em Miúdos**. 5. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2023.
- BRASIL, Lei nº 9394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 fev. 2025.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, J. P.; ROVAL, C. F. **Gêneros do discurso na escola: discutindo princípios e práticas**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2012.
- BITTAR, E. C. **Linguagem Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- CARVALHO, J. S.; SESTI, A. P.; ANDRADE, J. P.; SANTOS, L. da S.; TIBÉRIO, W. Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania: dos conceitos às ações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 435-445, set./dez. 2004.
- CASTRO, O. M. Descrição e funcionalidade: o caso do gênero textual instrucional. **Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura**, São Cristóvão, v. 17, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/1329>. Acesso em: 9 fev. 2025.

- COSSON, R. Letramento Político: Trilhas Abertas Em Um Campo Minado. **E-Legis - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, n. 7, p. 49-58, 2011.
- COSSON, R. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, n. 3, p. 25-36, 2010.
- DOLZ, J; NOVERRAZ, M; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. *In*: ROJO, R.; CORDEIRO, G. S. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. p. 81-108.
- DUBOC, A. P. M. A avaliação da aprendizagem de línguas e o letramento crítico: uma proposta. *In*: JESUS, D. M. de; CARBONIERI, D. **Práticas de 109 Multiletramento e Letramento Crítico**: outros sentidos para a sala de aula de línguas. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 210-227.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- FREIRE, P. A importância de ler. *In*: FREIRE, P. **A importância de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.
- GRUPO NOVA LONDRES. Uma Pedagogia dos Multiletramentos: Projetando Futuros Sociais. **Revista Linguagem em Foco**, v. 13, n. 2, 2021. p. 101-145.
- JORDÃO, C. M.; FOGAÇA, F. C. O letramento crítico na aula de língua inglesa. **DELTA**, v. 28, n. 1, p. 69-84, 2012.
- JORDÃO, C. M. O que todos sabem... ou não: Letramento Crítico e questionamento conceitual. **Revista Crop**, n. 12 p. 21-46, dez. 2007.
- KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. *In*: KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 1995.
- KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. *In*: **Os significados do letramento**. 2. ed. Campinas: Mercado das letras, 2012.
- LAJOLO, M. **Literatura**: Leitores e leitura. São Paulo: Moderna, 2001
- LEAL, L. de F. V. Sujeito letrado, sujeito total: implicações para o letramento escolar. *In*: MELO, M. C. de; RIBEIRO, A. E. do A. **Letramento: significados e tendências**. Rio de janeiro: Wark, 2004. p. 51 – 64.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LUCKESI, C.; COSMA, J.; BAPTISTA, N. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MAFRA, G. M.; SEMECHECHEM, J. A.; MELLO, C. J. de A. Conceitos de letramento(s) na Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental. **ABRALIN**, v. 21, n. 2, p. 406–430, 2022. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2113>. Acesso em: 09 fev. 2025.

MAGNAMI, M. do R. M. Leitura e Formação do Gosto: por uma pedagogia do desejo do desafio. **Idéias**, São Paulo, v. 13, p. 101-108, 1992.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005.

MILLER, C. R. Estudos sobre gênero textual: agência e tecnologia. In: DIONÍSIO, A.P; HOFFNAGEL, J. C. Recife: Ed. Universitária da UFPE, **Coleção e Letras**, 2009.

MOITA-LOPES, L. P.; ROJO, R. H. Linguagens, códigos e suas tecnologias. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares de Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC/SEB/DPEM, 2004. p. 14-56.

OLIVEIRA E PAIVA, V. L. M. de. Gêneros da linguagem na perspectiva da complexidade. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 67-85, jan./abr. 2019.

PEDROSA, C. E. F.; DAMACENO, T. M. dos S. S.; CUNHA, J. P. L. **Estudos críticos do discurso decoloniais do Sul do Sul: teorias e práticas com a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso**, Volume II: Teoria e prática. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2024.

POSSENTI, S. Sobre o discurso a respeito de leitura em editoriais da ALB. **Leitura: teoria & prática**, Campinas, n. 37, p. 4-12 jun. 2001.

Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes (PPP CEDEM, 2020).

PUIG, J. M. **Democracia e Participação Popular: Propostas de Atividades**. São Paulo: Moderna, 2000.

RIBEIRO, G. W. COSSON, R. Educação legislativa e letramento político. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 24, n. 41, 2022.

ROJO, R. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SANTOS, A. A Escola Básica e a Educação Política para a Cidadania: provocações para um debate necessário. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 17-31, jul./dez. 2018.

SARDINHA, P. M. M. Letramento crítico: uma abordagem crítico-social dos textos. **Linguagens & Cidadania**, v. 20, jan./dez. 2018.

SCOCUGLIA, A. C. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 7. ed. João Pessoa: Ed. Da UFPB, 2019.

SILVA, G. E. A. **Desenvolvimento do letramento crítico**: possíveis caminhos a partir de contribuições da pedagogia crítica, da análise crítica do discurso e da exploração de inferências. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, UFMG, Belo Horizonte, 2021.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo, Contexto, 2003.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

STREET, B. V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>. Acesso em: 09 fev. 2025.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZILBERMAN, R. **Fim dos livros, fim dos leitores?** 20. ed. São Paulo: SENAC, 2001.

ANEXOS



ANEXO A – Biografia da autora Madu Macedo

MADU MACEDO

Madu Macedo é uma escritora brasileira nascida em Borda da Mata, Minas Gerais, no dia 5 de agosto de 1963. Sua infância transcorreu em São Paulo até 1967, quando se mudou com a família para o município de Pouso Alegre, onde completou seus estudos. Em 1983, ingressou na faculdade de Letras, dando início a uma trajetória marcada pela paixão por escrever. Desde jovem, Madu se dedicou à literatura, e foi em Santo André, onde morou por um tempo, que despertou o desejo de publicar seus poemas. Durante esse período, também se envolveu com o teatro, ampliando suas expressões artísticas.

Em 1985 e 1986, trabalhou na Secretaria de Educação de Santo André, antes de se mudar para Belo Horizonte, onde passou a colaborar com um jornal local. Em 1988, conseguiu realizar seu sonho de publicar seu primeiro livro de poesias, intitulado *Viver é Arrumar a Mala*. Após o lançamento do livro, Madu retornou a Pouso Alegre e, entre 1990 e 1993, trabalhou como sacoleira, até ser aprovada em concurso público para a Câmara Municipal de Pouso Alegre.



ANEXO B – Canção “Cidadão” de Emicida

CANÇÃO

Cidadão - Emicida

Os moleques frio no asfalto quente, igual eu
Tossindo e comentando sobre os amigos da
gente que morreu
(Foi) Virou passado, por não tá mais
presente
Igual os valor esquecido por não ter cifrão
na frente
Mó friaca, tio Deixa eu botar meu moletom
Vendo os gambé zoando os que é menino
bom
Ponho o boné e sigo na fé, nego nem óia
Atravesso a rua pois se passa perto móia
Trago no olhar a luz do poste fria, sem
esperança
Me guia, teus holofote é que cria minha
temperança
Minhas lembrança é trote, eu via
Que a nossa herança é um cobertor na
calçada que ia envolvendo as criança
É embaçado, eu vou levar como carma
Meus vizinhos saber menos nome de livro
que de arma
E a máquina que faz Bin Laden, trabalha a
todo vapor
Solta na Babilônia, ensina a chamar rato de
senhor
Nós tá na fila do emprego, mantimento,
visita
Vive pra ser feliz e morre triste, ó que fita
As pessoas se esbarra, se olha, se cala
Não pede ou cobra desculpa, porque
ninguém mais se fala (memo)
Joga lixo no chão, como se fosse um lugar
à esmo

Aí da enchente, os mesmos reclamam do
governo
Que não governa nada, tá nem pro mal nem
pro bem
Ia governar como, se aqui ninguém ouve
ninguém
Minha cidade trampa 24 horas por dia
Os que não morrer de tédio, morre de
asfixia
A CIA monitora isso que 'cê faz agora
Mas não interfere, só fere, o pai da criança
que chora
Nosso sofrimento dá prêmio pra quem se
esconde em bairro nobre
Tô cheio disso, igual as cadeias cheias de
pobre (porra!)
Cidadania onde? Nós cuspiu na lei de
Gandhi
É quente memo, cidadão é uma cidade
grande
A rua é nóiz!



ANEXO C – Questionário de Avaliação do Módulo Didático

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM LETRAS

Questionário de Avaliação do Módulo Didático

Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes

Turma: 9º Ano C

Olá!

Este questionário tem por objetivo avaliar o Módulo Didático aplicado em sala de aula. A sua opinião é muito importante para que possamos melhorar e tornar as aulas ainda mais significativas.

1. Sentido da Sequência Didática

a) Em uma escala de 1 a 5, quanto à sequência, fez sentido para você?

- (1) Nenhum sentido
- (2) Pouco sentido
- (3) Sentido mediano
- (4) Bastante sentido
- (5) Muito sentido

b) Você se identificou com os temas envolvidos? Por quê?

2. Aprendizado

a) O que você aprendeu de mais importante durante o Módulo Didático?

b) Em uma escala de 1 a 5, quanto você acha que esse aprendizado será útil para sua vida?

(1) Nada útil

(2) Pouco útil

(3) Medianamente útil

(4) Bastante útil

(5) Muito

3. Metodologia

a) Em uma escala de 1 a 5, quanto você gostou da metodologia utilizada?

(1) Não gostei

(2) Gostei

(3) Gostei pouco

(4) Gostei bastante

(5) Gostei muito

b) Qual foi a atividade de que você mais gostou? Por quê?

c) Você gostou de ler a “Constituição em Miúdos I”?

() Sim

() Não

Por quê?

4. Conhecimento da Constituição Federal

a) Você achou importante conhecer a Constituição Federal?

() Sim

() Não

b) Por quê?

c) Depois desse Módulo Didático, você se sente mais confiante para falar sobre direitos e deveres presentes na Constituição?

() sim

() Não

5. Avaliação Geral

a) O que mais chamou sua atenção e despertou seu interesse durante as atividades?

c) Deixe aqui uma sugestão ou um comentário para a professora.

Obrigada pela sua participação!